



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 093

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Marcos Isfer
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
10 DE NOVEMBRO DE 2003**

*(segunda-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Doutor Luciano e Elio Rusch.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Luiz Nishimori (01), conforme artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, informando que os Pequeno e Grande Expedientes serão destinados em homenagem aos 150 anos de participação da mulher na Emancipação Política do Paraná.

Esta Sessão foi solicitada pelas deputadas que compõem esta Casa. Inicialmente daremos a palavra à deputada Luciana Rafagnin, que fará uma saudação para todas as mulheres paranaenses.

Queremos anunciar com satisfação a presença da Sra. Regina Pessuti, esposa do nosso companheiro Orlando Pessuti, que foi parlamentar desta Casa por muitos anos e é hoje o nosso vice-governador; e todas as autoridades que nos visitam, nossas vereadoras, nosso cônsul. É uma grande satisfação recebê-los nesta Casa.

Com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, todas as nossas convidadas homenageadas.

É uma alegria muito grande podermos comemorar nesses cento e cinquenta anos do Paraná a presença feminina, lembrarmos um pouco da mulher que, muitas vezes, na nossa história ficou quase que esquecida. Em muitos livros, em muitas revistas, em muitas lutas não aparece muito essa presença feminina, mas sabemos que esteve sempre presente, que esteve participando desde o início do surgimento do nosso Estado, do surgimento da nossa sociedade, que teve uma participação fundamental no surgimento do nosso país.

Gostaria de, ao me retratar, dizer que falo também em nome da deputada federal Dra. Clair, que foi uma das pessoas que também solicitou que acontecesse essa homenagem a todas as mulheres e que, infelizmente, não pode se fazer presente porque está num encontro em São Paulo. Lamenta não estar aqui, mas deixou um grande abraço a todas as mulheres.

Gostaria também de tecer um comentário: quando se fala da mulher não tem como não falar da discriminação que a mulher passa na nossa sociedade, sem falar do abuso sexual, da violência física, da violência do analfabetismo, da violência da discriminação salarial. Sabemos que a história da mulher é marcada por grandes discriminações e essas discriminações também fazem parte das lutas que aconteceram no passado.

Falando das lutas, gostaria de citar as que aconteceram no campo quando a mulher batalhava pelo seu pedaço de chão, quando a mulher batalhava pela liberdade, pelo direito à vida. Temos na história muitas revoltas que aconteceram, como a Revolta de Canudos e outras tantas, mas uma que marcou bastante a nossa história, a história do nosso Estado do Paraná foi a Revolta de 57, uma revolta que foi bastante forte na região Sudoeste, a qual eu pertencço, envolvendo os municípios dessa região e que a participação da mulher foi fundamental. A exemplo dessa Revolta, acredito que em todas as outras a presença feminina foi muito importante, porém, não temos grandes registros em livros ou revistas ou jornais.

Em 57, os agricultores, os colonos ou posseiros, assim chamados, da região Sudoeste, lutaram para permanecer no seu pedaço de chão e muitas mulheres foram exploradas sexualmente, muitas foram vítimas de violência. O principal era o medo que a empresa que lutava para ficar com as terras dos colonos passava para a família dos posseiros ou também ditos colonos. Muitas mulheres tiveram que ficar sozinhas em casa, enfrentando o perigo que assustava suas casas, suas propriedades, porque os maridos tiveram que fugir, escapar pelo meio do mato para poder garantir a sua vida. Essas mulheres foram fortes. Outras tiveram que pegar em armas e ir à luta, isso temos registros na nossa história.

Percebemos, não só em 57, mas em toda história da nossa sociedade. Percebemos então, como a mulher é corajosa. Como a mulher enfrenta os problemas e luta pela sua vida, pela sua família, luta por uma sociedade melhor, mais justa, mais humana, mais igualitária. Sentimos que isso está no sangue da mulher.

É importante que nós mulheres continuemos desta forma, mais ainda, mais corajosa, mais forte, que consigamos vencer essa discriminação que ainda impera na questão da mulher. Que consigamos conquistar mais ainda esse espaço na nossa sociedade, que consigamos ter o crédito tão sonhado pela mulher agricultora que hoje ainda começa a acontecer de uma forma tímida, lenta e que as mulheres precisam ainda conquistar muito mais. Precisam ainda vencer esse índice grande de analfabetismo que assusta a mulher.

Que consigamos ter o nosso espaço na sociedade, sendo respeitadas como cidadãs. É isso que nós queremos: uma igualdade; queremos poder ter voz e ter vez. Parabéns a todas as mulheres que aqui estão; parabéns a todas as mulheres que não se acomodam diante das injustiças e lutam e sonham e com certeza teremos uma sociedade melhor.

Muito obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Neste momento concedo a palavra à senhora deputada Elza Correia.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras.

Cumprimento a todos e todas, na pessoa da senhora Wilma Kaiel, companheira antiga do Partido Comunista Brasileiro e que se mantém hoje com a dignidade e referência que orgulha todas as mulheres do Paraná e do Brasil. Ao cumprimentá-la, cumprimento às demais companheiras, Regina Pessuti, entre outras.

Pensei hoje em fazer novamente um discurso político em relação à participação das mulheres nesses 150 anos de emancipação do Paraná. Mas, por mais que buscasse qualquer tecnologia ou referência para falar sobre a importância da participação das mulheres do meu Estado, na construção do desenvolvimento do Estado do Paraná e também na construção da democracia, seria pequeno diante da grandeza da militância cotidiana, muitas vezes invisível, escondida, de todas as mulheres do Paraná, de todas as mulheres do Brasil.

Já disse uma vez, que se não fossem nossas antecessoras, nós não estaríamos aqui hoje. Não fosse uma Berta Lutz, por exemplo, com outras mulheres, no final do século XIX, início do século XX, que brava e heroicamente derrubaram todas as barreiras e obstáculos e brigaram no Brasil para que as mulheres tivessem direito ao voto. E, a partir daí as mulheres passaram a votar e serem votadas.

Por isso, em função das que nos antecederam, temos aqui na Assembléia Legislativa, quatro deputadas estaduais. Pouco? Quantitativamente, sim. Quase nada num universo de 54 deputados.

Mas, posso garantir que do ponto de vista qualitativo, da responsabilidade do papel que nos compete, não ficamos devendo nada para ninguém. Temos participado

com dignidade, com ética, com lisura, das discussões, das comissões, e da vida desta Casa.

Hoje, na Assembléia Legislativa nós dobramos o número das mulheres. Éramos duas na legislatura passada. Hoje somos quatro, dobramos, mas ainda somos poucas. Mas, a consciência da militância e da participação das mulheres cresce; e cresce de uma forma que nos deixa bastante entusiasmadas. Temos certeza que nas próximas eleições poderemos ter 8, 16, 28, e por que não?

Queremos igualdade e oportunidade e não queremos um Parlamento só de mulheres, porque não teria graça nenhuma! Queremos um Parlamento em que a igualdade em relação também à quantidade seja uma verdade. E se nós mulheres é que decidimos este país, porque somos mais da metade da população e dos eleitores, se nós decidirmos isso, companheiras, nós mudamos a “roda da história” de acordo com os nossos interesses.

Não vivemos mais no momento em que para votar, tínhamos que ter o consentimento dos nossos maridos! Hoje votamos no candidato que decidirmos e, portanto, é importante que decidamos por aqueles ou por aquelas que têm em seus projetos as melhores propostas, as propostas de igualdade, de justiça, de solidariedade e de participação entre homens e mulheres.

Então, penso que o poema que lerei agora, que foi retirado do Dicionário “Mulher 500 Anos”, que foi produzido no Brasil para comemorar os 500 anos do descobrimento, ele retrata exatamente o que nós mulheres pensamos e no que nós mulheres devemos refletir sempre, em agradecimento a todas aquelas que nos tempos mais variados, nas situações mais adversas se posicionaram e dizendo “presente”, nós estamos aqui, nós existimos e queremos ajudar a construir este país.

(Lê):

“A ESSAS E TANTAS OUTRAS...

Essas que se embrenharam mata adentro e se negaram  
aos colonizadores  
e as que colaboram e casaram com eles,  
Essas que embarcaram ainda crianças  
e as que ultrapassaram os limites da chegada,  
Essas que levaram chibatadas e marcas de ferro quente  
e as que se revoltaram e fundaram quilombos,  
Essas que vieram embaladas por sonhos  
e as que atravessaram nos porões da escuridão,  
Essa que geraram filhas e filhos  
e as que nunca pariram,  
Essas que acenderam todas as espécies de velas  
e as que arderam nas fogueiras,  
Essas que lutaram com armas  
e as que combateram sem elas,  
Essas que cantaram, dançaram, pintaram e bordaram  
e as que só criaram empecilhos,  
Essas que escreveram e traduziram seus sentimentos  
e as que nem mesmo assinavam o nome,  
Essas que clamaram por conhecimento e escolas  
e as que derrubaram os muros com os dedos,

Essas que trabalharam nos escritórios e fábricas  
 e as que empunharam as enxadas no campo,  
 Essa que ocuparam ruas e praças  
 e as que ficaram em casa,  
 Essa que quiseram se tornar cidadãs  
 e as que imaginaram todas votando,  
 Essas que assumiram os lugares até então proibidos  
 e as que elegeram as outras,  
 Essa que cuidaram e trataram dos diferentes males  
 e as que adoeceram por eles,  
 Essas que alimentaram e aplacaram os vários tipos de  
 fome  
 e aquelas que arrumaram a mesa,  
 Essas que atenderam, datilografaram e secretariaram  
 e aquelas que lavaram e passaram sem conseguir atenção,  
 Essa que se doutoraram e ensinaram  
 e as que aprenderam com a vida,  
 Essa que nadaram, correram e pularam  
 e as que sustentaram a partida,  
 Essas que não se comportaram bem e amaram de todas as  
 maneiras  
 e as que fizeram sem pedir licença,  
 Essas que desafinaram o coro do destino  
 e as que com isso abriram as alas e as asas,  
 Essas que ficaram de fora  
 e aquelas que ainda virão,  
 Essas e tantas outras que existiram dentro da gente  
 e as que viveram por nós.”

Saúdo aqui a todas, sem exceção, às Mulheres paranaenses e às Mulheres brasileiras, esta parte da sociedade que, não tenho dúvidas e acredito cada vez mais, pode ajudar a fazer a diferença.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra a nobre deputada Arlete Caramês.

**A SRA. ARLETE CARAMÊS**

Senhor presidente; senhores deputados; senhoras deputadas; demais presentes:

“Excelentíssimo senhor presidente, senhores deputados e deputadas.

É com muita satisfação e orgulho, que na condição de deputada e mulher, subo a esta tribuna para falar da participação da mulher na construção do Paraná. Falo orgulhosa, pois olhando para trás vemos quão importante e decisiva foi a contribuição da mulher para a construção de nosso Estado e olhando para frente vemos os inúmeros e inimagináveis desafios que ainda nos aguardam.

Muito tivemos que enfrentar para que hoje possamos estar aqui, mulheres representando o povo, utilizando esta tribuna conjuntamente com nossos colegas deputados, votando e sendo votadas e assim definitivamente contribuindo para a tomada de decisões e para os delineamentos dos rumos do nosso Estado e de nosso país. Para termos certeza da grande revolução operada

pelas mulheres, basta voltarmos apenas 150 anos no tempo e analisarmos o panorama histórico da época da emancipação política do Paraná.

Infelizmente, a história nos mostra a quase total ausência da participação da mulher no processo de emancipação política, pois àquela época, as relações familiares eram marcadas pelo patriarcalismo, sendo que neste sistema, crianças e nós mulheres não passávamos, nos dizeres de alguns historiadores, de seres insignificantes e amedrontados, cuja maior aspiração eram as boas graças do patriarca. Por mais enaltecido que fosse o papel de mãe, um obscuro destino esperava as mulheres, o de apenas procriar e obedecer o patriarca, sendo seus filhos confiados aos cuidados de amas-de-leite, governantas.

Estes senhores, por incrível que pareça, é o panorama histórico sobre a condição e o papel da mulher no Brasil no final do século XIX início do século XX. Desprezava-se a sua condição de pessoa enquanto portadora de direitos, relegava-se seu papel enquanto ator social, e ainda lhe era retirado o poder sobre seus próprios filhos, o que explica, portanto, perfeitamente a ausência de relatos de mulheres na emancipação política do Paraná.

Se por um lado tem-se a ausência da mulher no processo de emancipação política do Paraná em 1853, basta compararmos com o panorama atual para vermos que nos últimos 150 anos as mulheres, às custas de muita luta, foram e têm sido responsáveis por diversas conquistas as quais inegavelmente contribuíram sobremaneira para a construção, consolidação e o aprimoramento de nosso Estado e de nosso país.

Não podemos deixar de mencionar que dentre as inúmeras conquistas da mulher ao longo deste período, uma das mais importantes e que proporcionou a efetiva participação da mulher na construção de nosso Estado e nosso País foi sua luta e a conquista do direito de votar e ser votada. Este direito que representou a real igualdade entre homens e mulheres, a qual até mesmo antes da era republicana já era reivindicado pelas mulheres, foi reconhecido somente muito mais tarde, em 1932.

Este, senhores, foi o marco inicial a partir do qual as mulheres efetivamente começaram a participar da construção de nosso Estado, pois somente a partir deste momento a mulher realmente conquistou o poder de conjuntamente com os homens influenciar e decidir o destino e os rumos da nossa nação.

A conquistar do voto, fruto da coragem, tenacidade e sacrifícios, já foi uma demonstração admirável do poder que temos e do quanto podemos fazer. O desempenho dos mandatos, embora, infelizmente, ainda em número muito aquém do que a sociedade necessita, só tem revelado que as mulheres sabem tratar com capacidade, responsabilidade e amor a coisa pública.

Mais que nunca se faz imprescindível e vital, tanto em nosso Estado quanto no Brasil, a ampliação da efetiva participação das mulheres na vida política, não apenas como eleitoras, mas principalmente como ocupantes eleitas de todos os cargos.

Felizmente, a quadro que temos atualmente em muito difere dos tempos da emancipação política do Paraná. Hoje temos visto cada vez mais aumentar a participação da mulher no poder legislativo, pela primeira vez na história o Paraná tem uma deputada federal, a nossa Dra. Clair, que muito bem nos representa na Câmara Federal. Hoje temos mulheres governando Estados e Municípios, temos mulheres nos mais altos cargos do governo federal, e mulheres representantes do povo em todos os níveis do poder legislativo e bem como até na mais alta corte de julgamento de nosso país, como a paranaense Denise Arruda, Ministra do STJ, todas exercendo com dignidade e competência cargos públicos e assim como as 4 deputadas desta Casa de Leis, ajudando, dia a dia, a construir um nosso Estado mais digno e justo.

Obrigada.”

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, a nobre deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Inicialmente, eu gostaria de fazer um registro e cumprimentar o deputado Neivo Beraldin, porque recebemos neste momento, que iniciou a luta de combate à violência contra a mulher e, posteriormente, foi criada a Delegacia da Mulher. E também cumprimentar a minha primeira professora Mazília de Araújo Bruel, na Tribuna desta Casa. Pelas suas mãos, professora, eu tenho certeza que a senhora pode se orgulhar, porque nos ensinou o bê-á-bá. Talvez, eu não prestasse muito atenção. Mas foi das primeiras palavras que pude aprender a escrever, partindo da senhora. É um orgulho poder recebê-la aqui nesta Casa.

(Lê)

“Senhor presidente, Hermas Brandão, senhoras deputadas, senhores deputados, senhoras e senhores.

Iniciamos este período de comemoração com a bela poesia da paranaense Helena Kolody:

“Deus dá a todos uma estrela  
uns fazem da estrela um Sol  
outros nem conseguem vê-la”.

Estamos aqui para homenagear a participação da mulher nos 150 anos da emancipação do Paraná e lembraremos aqui a participação das mulheres nesta Assembleia Legislativa.

Essas corajosas e valorosas mulheres contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos paranaenses através dos seus projetos nas áreas da Educação, da Saúde, da Ação Social entre outros.

As mulheres sempre estiveram ao lado dos homens como pioneiras, ajudando no desbravamento do Paraná.

Em 1947 o Paraná elegeu a primeira deputada estadual Dra. Rosy Pinheiro Lima, eleita pela ARENA; em 1982, elegeram-se Amélia Hruschka e Irondi Pugliesi, ambas pelo PMDB; em 1986, reelegeram-se Irondi Pugli-

ese, Amélia Hruschka, elegendo ainda a deputada Vera Agibert; em 1990, elegeram-se Emília Belinati e Irondi Pugliesi; em 1998, a primeira deputada eleita pela cidade de Maringá, Serafina Carrilho e a nossa colega deputada Luciana Rafagnin. Citamos ainda as suplentes Lígia Puppato e Marlene Pereira, que assumiram cadeiras nesta Casa; em 2002, a força da mulher paranaense elegeu sua maior Bancada, Luciana Rafagnin, Arlete Caramês, Elza Correia e Cida Borghetti. Apesar da recente participação da mulher na política, o Paraná possui nomes que muito nos orgulham.

Emília Belinati foi a primeira mulher a chegar ao comando do Palácio do Iguazu. Como vice-governadora assumiu 45 vezes o Governo do Estado e criou novo referencial para o cargo, destacando-se como interlocutora de lideranças do Estado.

No Legislativo Estadual, Emília Belinati destacou-se na área de ciência e tecnologia, atuando na regulamentação do artigo 205 da Constituição do Estado. Maria Tereza Uille Gomes escreveu seu nome na história do Paraná ao assumir a Procuradoria Geral, em mais de cem anos de história do Ministério Público.

O Poder Judiciário hoje presta as devidas homenagens a Denise Arruda, que será a primeira mulher do Paraná a integrar o STJ - Superior Tribunal de Justiça.

Não podemos deixar de citar Fani Lerner, que está entre as três finalistas de um dos mais prestigiados prêmios da área social, o Prêmio Hannah Neil, da Kellogg's Foundation.

De citação também obrigatória é o nome da Dra. Zilda Arns, cujo trabalho não podemos resumir em poucas palavras, porque vasto e de alcance para toda a nossa população.

Finalizamos citando nossa colega Dra. Clair, a primeira mulher a conquistar uma cadeira na Câmara Federal.

A Advogada trabalhista marcou seu nome na história do Paraná.

Fica aqui a nossa homenagem a todas as mulheres que, mesmo de forma anônima, ajudaram na construção deste pujante Estado do Paraná.”

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido a Exma. Sra. vereadora Julieta Reis, representante do Comitê Suprapartidário de Mulheres na Política.

A SRA. JULIETA REIS

Senhor presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Sr. Hermas Brandão, senhores deputados, componentes da Mesa, senhores deputados homenageados e senhoras e senhores.

O Comitê Suprapartidário de Mulheres na Política tem como objetivo incentivar, independente de Partido, a participação das mulheres na política.

É muito importante do ponto de vista que nós temos apenas o interesse de poder participar dos patama-

res de poder. Temos absoluta certeza que em todas as organizações civis a participação das mulheres é efetiva, do ponto de vista desta participação. Quando chega nos patamares de poder, com certeza, a nossa participação é muito pequena, infinitamente menor. Comparando a Assembléia Legislativa e a Câmara Municipal de Curitiba, onde nós temos 35 vereadores e apenas 3 mulheres - nós queremos fazer um trabalho suprapartidário do ponto de vista de incentivar mais mulheres a poder participar da esfera política e conseqüentemente da esfera de poder.

Nós temos um pensamento diferente. Nós temos uma maneira de ver as coisas diferentes. A instituição feminina, o próprio direcionamento da Casa faz com que nós tenhamos uma forma muito grande do ponto de vista da direção da Casa e, conseqüentemente, da direção da sociedade brasileira. Essa participação é indispensável do ponto de vista que juntos, homens e mulheres, podemos, com certeza, fazemos um Brasil melhor e um mundo melhor.

Temos absoluta certeza que uma mulher presidente da República não teria uma decisão intempestiva de declarar o país à guerra, sabendo que poderia mandar os seus filhos morrerem nessa guerra.

Portanto, esse equilíbrio de poder é fundamental para a gente construir um mundo melhor. E falar, ao mesmo tempo, da importância da democracia no mundo, da democracia no Brasil e no mundo, aonde nós possamos participar em igualdade de condições do movimento político.

O número de mulheres que participaram nesses 150 anos de emancipação política do Brasil é muito grande. Com certeza, no início do século de maneira indireta e gradativamente, graças ao espaço democrático a nós fornecido, essa participação, cada vez mais, é efetiva e não apenas de maneira indireta.

Senhores deputados, cento e cinquenta anos, cento e cinquenta anos de participação da mulher e de uma maneira geral, do ponto de vista político, gradativamente cada vez maior.

Nas universidades a participação da mulher é cada vez maior. Em Curitiba nós temos inúmeras mulheres que podemos citar e que contribuíram de uma forma decisiva para o desenvolvimento do Estado do Paraná nesses 150 anos, sem falar nas quatro deputadas, que eu gostaria aqui de fazer uma homenagem - a Cida Borghetti, a Luciana Rafagnin, Arlete Caramês e Elza Correia, que de uma maneira muito firme e muito séria vem conduzindo o espaço feminino na política no Estado do Paraná. O espaço feminino na política no Estado do Paraná tem se desenvolvido de uma maneira correta, séria, forte, de uma maneira efetiva para que possamos manter essa imagem positiva da política que está muito descaracterizada, ultimamente, em função de uma série de acontecimentos.

Portanto, senhoras e senhores nessa homenagem aos 150 anos da emancipação política, no Paraná, gostaríamos de deixar aqui registrada a importância da participação da mulher, nestes 150 anos. Em especial nesse

caso, onde muitas mulheres já foram citadas, mulheres importantes do Paraná, eu queria deixar registrado o nome da primeira vereadora de Curitiba que se chamava Maria Olímpia Carneiro, que exerceu o cargo de vereadora em Curitiba de 1947 a 1950. E em nome dela uma homenagem a todas as mulheres do Paraná que contribuíram, de uma forma decisiva, no desenvolvimento do Estado do Paraná, nestes 150 anos de emancipação política.

Muito obrigada.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra a Exma. Sra. vereadora Nely Almeida.

**A SRA. NELY ALMEIDA**

Boa tarde a todos, senhores deputados, senhor presidente Hermas Brandão, deputado Neivo Beraldin que deu início a este trabalho de libertação e emancipação da mulher, nossas queridas deputadas Elza Correia, Arlete Caramês, nossa ex-colega Cida Borghetti e Luciana Rafagnin. A vocês nossos cumprimentos por este dia e por estes anos de emancipação política da mulher.

Eu não sei dizer se já podemos falar em emancipação política da mulher, podemos falar em muitas emancipações da mulher em muitas áreas, a área do direito, na área da medicina, até na área da engenharia mas a emancipação política ainda está muito distante de nós. Claro que nós tivemos participações durante os movimentos que existiram no Paraná muito efetivos das mulheres porque geralmente o homem saía para lutar e a mulher ficava em casa, cuidando do seu pedaço de chão.

O homem era o caçador e a mulher cultivava a terra, a mulher ficava cuidando dos filhos e para cuidar dos filhos e esperar o marido é que ela cultivava a terra, por isso a mulher foi a primeira agricultora do mundo, na história da humanidade. É muito interessante ver como as civilizações se formaram, eu acredito que daqui para frente a nossa participação vai ter que ser muito importante politicamente. O homem ficou belicoso, o homem é hoje o senhor da guerra, não é mais um homem que produz a paz e a humanidade precisa de paz! E é na mulher que ainda encontra-se o coração a mulher é aquela que onde vai o seu coração!

Então nós precisamos pensar politicamente nisto, porque o mundo está belicoso, os homens não sabem mais o que é uma família, não sabem mais o que é o carinho, não sabem mais o que é afeição, como se trata os filhos, como se trata a família! Eu acho que ainda resta na mulher este resquício de mãe, de pessoa que sempre cuidou de sua prole e que pode dar ao mundo uma visão mais fraterna, mais digna, mais carinhosa. Temos que fazer isso mais rápido porque os movimentos constantes de violência, nos meios de comunicação, nós não podemos também perder o coração da mulher, se não de

repente, como perdermos o do homem, somos capazes também de perder o coração da mulher. E este coração nós não podemos perder nunca, nunca! Isso é importantíssimo para nós, nós estamos vivendo uma época totalmente violenta onde talvez a salvação de tudo que existe no mundo seja talvez a opção mulher!

Parabéns a nós que trabalhamos há muitos anos para conseguir um lugar, um espaço político, às vezes 3, quatro aqui na Assembléia, dois na Câmara, um espaço só que agora este foi conseguido na Câmara Federal, pela Clair, mas é muito pequeno, muito insignificante.

Precisamos ter gente que também nos apoie, porque as mulheres constituem a parte mais pobre da sociedade, e são responsáveis por 4 milhões de famílias, isso nos dá muita dificuldade de participar de uma campanha política.

Está aí o Vanhoni que foi nosso colega e sabe disso, o Mauro sabe o quanto a mãe dele trabalhou em campanha política comigo. A gente sabe a dificuldade que temos de conseguir um voto. É muito difícil, porque hoje é uma política que se faz com dinheiro, com prestígio nos meios de comunicação. E os meios de comunicação hoje não prestígiavam as mulheres.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni**

Em primeiro lugar, quero manifestar o meu carinho e a minha alegria em recebê-las hoje, nossas vereadoras Nely Almeida, Julieta Reis e as mulheres que estão aqui presentes. É tão importante para nós.

Quando você - permita-me chamá-la de você porque a tenho como uma amiga desde os tempos que a conhecia lá na Câmara de Vereadores - estava se referindo ao papel de mulher, ocorreu-me uma imagem de uma discussão feita por uma pesquisadora, uma antropóloga. E ela descreveu o surgimento da humanidade de uma forma muito mágica. No início quando os homens e as mulheres viviam nos tempos da agricultura e sobrevivendo da caça e da pesca, as sociedades tinham marcadamente uma organização social diferente da que nós conhecemos. É o que chamamos de matriarcado, a mulher tinha um papel preponderante na organização social. E tinha um papel meio mágico, porque o homem, ao fecundar a mulher, não passava pela cabeça do homem e nem da mulher que era através do ato sexual, que, de repente, a partir de 9 meses, ela estava grávida e gerava um filho.

Então a mulher geradora, a mulher que trazia à luz um novo ser, é como se esse ato fosse um ato divino, fosse um ato do sobrenatural, porque a relação entre fecundação e gestação não passava pela cabeça e não se tinha consciência. Daí porque a mulher ter um papel preponderante e um papel meio sagrado na comunidade.

Então essa atitude predatória do homem, da caça, da beligerância, foi trazendo, com o passar do tempo, e a sua consciência preponderante no ato de gerar, foi trazendo uma sociedade mais masculina e ao mesmo tempo uma sociedade mais agressiva. É por isso que nos tempos

modernos precisamos recuperar antropológicamente essa dimensão sagrada da mulher. E sobretudo das suas relações na sociedade, que é uma relação mais carinhosa, mais de geração, do ponto de vista de construir o futuro.

Então, vocês estão de parabéns, e que possam contribuir com que o nosso mundo fique mais feminino, mais alegre, mais amoroso. E que as relações sociais entre homens e mulheres sejam pautadas muito mais pela justiça, pela solidariedade e pela fraternidade entre homens e mulheres.

Parabéns a vocês.

#### **A SRA. NELY ALMEIDA**

Parabéns deputado Vanhoni, pelas suas brilhantes palavras e que vieram ao encontro de meu pensamento. Assim eu penso, porque desde que se formou a humanidade, é assim. E é assim que vejo a sociedade moderna, com muito mais participação feminina, porque acho que aí está, realmente, a salvação de grande parte da nossa civilização. É através do trabalho e dessa fraternidade, dessa humanidade que a mulher carrega dentro de si, como mãe, como progenitora, como pessoa do lar, pessoa carinhosa que sabe manter ainda as estruturas familiares.

#### **O Sr. Rafael Greca**

Muito obrigado, senhor presidente e senhora vereadora Nely Almeida.

Só para dizer da importância que a nossa Comissão dos 150 anos, o nosso presidente da Assembléia e o Plenário desta Casa dá a essa iniciativa das nossas deputadas em fazer esta Sessão alusiva ao papel da mulher na formação da sociedade paranaense.

E é o papel da mulher nesse desenrolar do rio grande da nossa história, do caudal da nossa história nesses 150 anos.

Enquanto correu o Paraná da nossa história, água grande da nossa história, as mulheres tiveram um grande papel. É recordar Dona Cordola de França, que foi testemunha do grito do Bento Viana pela libertação do Paraná, a matrona de Paranaguá, que deixou a carta que testemunha o primeiro grito em favor do Paraná.

É recordar a grande pintora Iria Correia, que foi a primeira expressão da arte no Paraná, depois do João Pedro, "O mulato", que foi o grande desenhista do início do século XIX, mas Iria Correia é a primeira grande expressão do ensino da arte, da pintura no Estado do Paraná, com o seu colégio para meninas, em letras e pintura, lá na Marinha, na Rua da Praia de Paranaguá.

É recordar também as tantas professoras, umas de quem a história guarda memória, como é o caso da grande Júlia Wanderley, a professora aqui de Curitiba, de notável tradição ou aquela notável pedagoga de Castro, Emilia Ericson, que trouxe o primeiro Jardim de Infância do Paraná, mas também as outras mulheres anônimas, as nossas avós emigrantes, essas que amassaram o trigo, cevaram o pão, repartiram o pão com seus filhos, tiveram jornada dupla de trabalho na lavoura de milho, da cevada,

do centeio, no debulhar a erva mate, no debulhar o café, no lavar o campo, no fazer sabão, porque houve um tempo que o sabão era feito de cinzas, no clarear os panos de prato feitos de saco de algodão.

Como era dura a vida das mulheres do século XIX, do alvorecer do século XX.

Como foi pesada a vida das mulheres que tiveram treze, catorze, dezesseis, vinte e dois filhos. Essas mulheres operárias emigrantes, trabalhadoras, dos caminhos que levavam a Santa Felicidade e com os filhos nos braços vinham ao mercado de Curitiba, nas manhãs do princípio desse século. Essas mulheres que foram as mães dos bispos da igreja católica. Essas mulheres que foram as mães dos lavradores, as que foram as mães dos operários. E também as que foram as mães dos escultores, dos pintores, dos artistas. Essas mulheres que agora começam a ter espaço na sociedade, que precisam ter espaço na sociedade. Quando fui prefeito, tive oito secretárias. Não me arrependo de ter feito uma espécie de gineceu de um pedaço da minha prefeitura, porque em nenhum momento me faltaram as secretárias mulheres. Aliás, tiveram imensa e intensa responsabilidade no desempenhar das suas funções.

Eu, ministro, tive uma diretora, uma secretária geral do Ministério, uma vice-ministra mulher. E foi uma mulher de notável fibra e garra, de grande desempenho e grande responsabilidade. As mulheres são, em tudo, muito fortes e capazes de enfrentar o processo político, o processo histórico, o processo social. Elas são na verdade ao nosso lado, a expressão sensível do gênero humano. E merecem por isso, no caudal da nossa história o melhor e o mais escolhido dos lugares.

E a senhora vereadora tem o meu respeito e o meu carinho, porque eu prefeito também posso dar testemunho da sua ação em favor da nossa cidade, como também é o caso da vereadora Julieta Reis, da sua ação em favor de abrir espaço para o artesanato e para a cultura, para a sensibilidade, em todos os espaços da nossa querida Curitiba. As nossas quatro deputadas também, todas elas valorosas, cada uma em abrir o seu espaço, a tempo e à hora, nas suas cidades e nas suas regiões.

A Luciana Rafagnin outro dia me deu um livro sobre as essências nativas da região de Francisco Beltrão, que é uma obra que merece lugar de destaque na estante paranista. A Cida Borghetti é sempre preocupada em abrir espaço para a região de Maringá e merece com certeza a posição de destaque na sua cidade. Bom seria que a cidade de Maringá pudesse tê-la, por exemplo, como prefeita. A mesma coisa eu penso da nossa Elza Correia. Ah, se a cidade de Londrina tivesse essa guerreira como prefeita! A Arlete Caramês, no seu papel admirável de mãe e de mulher, no seu papel de abrir espaço para os direitos humanos no nosso Paraná.

Todas as quatro, aqui na Assembléia dão a esse Parlamento a distinção da presença feminina, e prosseguem na trilha de Iria Correia, de Córdola de França, de Emilia Ericsen, de Maria F. de Macedo, que foi a grande

fundadora das mulheres universitárias do Paraná, a primeira médica do Paraná e, ainda, Enedina Marques Correia, a primeira engenheira negra do Paraná, de quem eu estou a me lembrar abrindo a estrada do Cacatu, Guaraqueçaba, teodolito nas mãos, pequenina, mirrada, mas tão grande na sua expressão de abrir caminhos para o nosso Estado e para a nossa gente!

As mulheres estão inscritas na história do Paraná. Ah, se estão! Viva as mulheres do Paraná!

### (Aplausos)

A SRA. NELY ALMEIDA

Parabéns pelas palavras do nosso querido deputado Rafael Greca.

Quero agradecer muito em nome das mulheres do Paraná, por essas referências à dona Iria, à dona Julia da Costa, a todas as mulheres que engrandeceram a vida e a história do Paraná, nesses 150 anos.

Dizer ao senhor que nós estamos lutando cada vez mais para que a nossa Cida Borghetti seja prefeita e gostamos muito dessa referência. Foi muito boa, porque isso nos engrandece; faz-nos sonhar mais alto. É muito bom para nós, mulheres, vermos que temos um espaço, talvez no futuro, garantido para nós, de poder dar rumos melhores aos nossos cidadãos e, principalmente, aos homens que estão agora, assim, belicosos.

Com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Muito obrigado.

Eu e todos que foram vereadores de Curitiba, temos muito orgulho de ter sido vereador de Curitiba, por viver o pulsar desta cidade maravilhosa.

E a presença hoje para esta comemoração, da senhora vereadora, na tribuna, e sobretudo, da deputada Cida Borghetti, que fez um relato da história das mulheres, no que diz respeito à ocupação de cargos de deputada, de secretária de Estado e até de governador de Estado assumido, no caso, pela Emilia Belinati.

Desnecessário se faz discorrer sobre a importância da mulher, não só nesses 150 anos, mas desde que o mundo é mundo. Falar da mulher é falar da vida, de amor, de paz, de construção e, sobretudo, falar de respeito, porque a mulher mãe, consegue congrega uma família, com o respeito dentro de casa e, existindo esse respeito dentro de casa, acaba existindo o respeito dos vizinhos.

Nunca me esqueço do meu irmão mais velho, que já se foi, quando começamos a montar uma fábrica de seda no país, ele disse: vamos priorizar o trabalho e a parceria com a mulher”, porque a mulher quando recebe alguma coisa, fruto do seu trabalho, ela aplica na educação da família, aplica no aprimoramento da família e não acaba, muitas vezes, num boteco, em jogo e que acaba virando violência.

Mulher é isso. Lembro da minha mãe carpindo na roça, que me colocava embaixo de um coqueiro junto



com três, quatro irmãos. Ela voltava para casa e fazia o almoço ainda. Colaborávamos com ela, varrendo aquele terreno de chão.

Lembrar da nossa história do passado sempre nos leva a uma constatação: a mulher é a harmonia da família, é presença na Medicina, no campo do Direito.

Poderíamos falar também das taquígrafas que aqui estão, que, aliás, têm sido um exemplo de presteza para esta Casa. Elas, permanentemente estão acompanhando as Sessões, não só plenárias, como as comissões internas, como as CPI's, sempre com paciência. Olho sempre para elas e percebo-as cansadas, com o braço cansado; não têm a remuneração devida, mas sempre cumprem com o seu dever, com a sua função.

Hoje é um dia especial.

Meus cumprimentos, Nely Almeida e todas as deputadas que estão nesta Casa e aquelas que, nesses cinco mandatos que aqui estou, pude conviver: Vera Agilbert, Irondi Pugliesi. Com todas as mulheres, sempre tive a melhor referência possível.

Muito obrigado!

#### A SRA. NELY ALMEIDA

Agradeço ao deputado Neivo Beraldin pelas suas palavras, pelo seu incentivo à nossa causa. É muito importante quando sentimos nos homens um incentivo à causa das mulheres. Nós, realmente, precisamos disso, por ganharmos menos e por sermos a parte mais fraca da sociedade, não só brasileira, mas do mundo. Precisamos do apoio de vocês. Queremos, cada vez mais, esse apoio. Queremos de maneira integral, sólida, e de uma maneira que nos toque para frente e dentro das comunidades. Não nos deixem apagadas e esquecidas, como temos ficado na parte política.

Quero agradecer ao deputado Rafael Greca, porque deu muitas oportunidades para as mulheres durante a sua gestão na Prefeitura de Curitiba, tornando-as executivas brilhantes. Isso também é uma coisa boa para nós.

Deixo aqui o meu agradecimento por ser incluída neste evento, porque não era programado para mim, mas assumi como algo nosso, uma luta nossa, cada vez maior, porque estou na política do Paraná desde 1954. Comecei no Partido Social Democrático. E até hoje trabalhamos nessa área, mas vendo sempre que a nossa limitação é enorme, que as nossas possibilidades de crescer politicamente são imensuráveis.

Ficamos muito felizes, quando vemos aqui esses homens que representam tão bem o Estado do Paraná, dar-nos esta credibilidade.

Muito obrigada a vocês todos, por esta tarde festiva. Parabéns às deputadas; parabéns, Dra. Clair, que está lá em Brasília nos representando tão bem.

Parabéns às mulheres que no passado trouxeram brilhantismo à nossa causa, parabéns às nossas vereadoras, principalmente à vereadora Julieta, que desenvolve um trabalho tão bonito na área do artesanato. Parabéns à Roseli, que não está presente, mas que também é uma

batalhadora! E parabéns a todas aquelas que vieram do interior do Paraná para prestigiar esta nossa Sessão Solene.

Obrigada a vocês todas!

#### O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Serei breve, presidente.

Quero parabenizar as deputadas Arlete Caramês, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti e Elza Correia e as vereadoras Nely Almeida, Julieta Reis; minha amiga vereadora da Lapa, Valentina; a ex-vereadora Rosa Maria Chiamulera e a todas as mulheres que participam desta Sessão de hoje, assim como todas as que trabalham aqui na Assembléia Legislativa, com carinho especial, as minhas assessoras.

Quero lembrar que quando começava a minha militância, tive oportunidade de assistir a um discurso de uma mulher lutadora que me tocou muito. Trata-se da Télia Negrão, que no seu discurso disse uma frase que jamais esqueci e achei a frase melhor colocada para definir o valor da mulher. Ela disse: “nós, mulheres, somos metade deste planeta e somos mães da outra metade!” Isso só já justificaria o que estamos fazendo hoje. Portanto, que todos nós, no dia de hoje, possamos referenciar a outra metade, e principalmente a metade que também são as nossas mães.

Parabéns a todas as mulheres, e que jamais ousem dizer que as mulheres vieram de um segundo plano, coisa que já ouvimos falar. Que esse seja um passado esquecido, que a igualdade impere, porque assim o mundo vai caminhar com certeza para frente.

Parabéns a todas vocês, mulheres, pela luta, pela igualdade social e pela igualdade de condição de trabalho.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa Executiva não poderia deixar de homenagear as mulheres paranaenses, as nossas deputadas, vereadoras, guerreiras, sobretudo pela luta de emancipação política do Paraná.

Tê-las nesta Casa de Leis a torna mais iluminada, e com certeza, amplia os horizontes, pois são as mulheres que trazem consigo a capacidade mágica de ver mais longe e perceber com sensibilidade e graça as necessidades do povo paranaense. A essas mulheres esta Mesa Executiva, junto com o presidente da Comissão dos Festejos dos 150 Anos do Paraná, gostaríamos de fazer a entrega de medalhas comemorativas ao sesquicentenário do Paraná.

Queremos homenagear as vereadoras Nely Almeida, Julieta Reis, de Curitiba; Valentina Batista, da Lapa; a Sra. Evelyn Nascimento, que representa a Associação Comercial e Industrial do Paraná e a nossa sempre amiga Regina Pessuti, esposa do nosso vice-governador Orlando Pessuti.

Nosso companheiro Rafael Greca, junto com as nossas deputadas Elza Correia, Luciana Rafagnin, Cida

Borghetti e Arlete Caramês, farão a entrega das medalhas.

**(Procede-se a entrega das medalhas)**

Gostaríamos também de entregar uma corbélia às nossas representantes: deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Elza Correia e Arlete Caramês.

Solicito aos deputados Delegado Bradock, Padre Paulo Campos, Mauro Moraes e Neivo Beraldin, para proceder à entrega das corbélías às nossas representantes.

**(É procedida a entrega das corbélías)**

Queríamos também fazer uma homenagem à imprensa que nos cobre aqui, na pessoa da jornalista Roseli.

Solicito aos deputados Nelson Justus e Durval Amaral, que procedam a entrega das corbélías.

Esta presidência deseja agradecer a presença das mais altas autoridades, bem como dos presentes que aqui compareceram honrando e dignificando o Poder Legislativo.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para os cumprimentos.

**(Sessão suspensa por cinco minutos)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Reaberta a Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO

**(Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações)**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 035/2003

Curitiba, 04 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva definir critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar, para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

O plano de lei ora proposto, consulta aos superiores interesses da administração e da coletividade, mormente dos vários segmentos vinculados aos estabelecimentos da rede básica de educação, da esfera de atuação da Secretaria de Estado da Educação.

Segundo disciplinamentos expressamente contidos no texto da pretendida medida legal, participarão do processo de escolha dos diretores e diretores auxiliares dos referidos estabelecimentos de ensino, os membros da comunidade escolar respectiva, sendo, professores e especialistas de educação; funcionários; alunos com 16 anos completos; alunos matriculados no Ensino Médio e de Educação Profissional; e os pais ou responsáveis por alunos de idade inferior a 16 anos. As consultas serão realizadas de 3 (três) em 3 (três) anos, no mês de novembro do calendário civil. Nas demais disposições do anteprojeto de lei em causa, que consubstancia resultado de estudos feitos por técnicos da Secretaria de Estado da Educação, estão equacionados e bem definidos outros prismas fundamentais pertinentes, tais como registro de candidatos, quociente de votação, recursos, atos de provimento e destituição, competência para regulamentação e outros considerados indispensáveis em tal tipo de preceituação legal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

**Capítulo I**

**Das Disposições Gerais**

Art. 1º - A designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é competência do Poder Executivo, a qual fica delegada nos termos desta lei, à comunidade escolar, mediante consulta a ser realizada simultaneamente em todos os estabelecimentos de Ensino.

§ 1º - Excetuam-se da presente lei os estabelecimentos de ensino em regimes especiais, regidos nos termos dos convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação, os que funcionam em prédios privados, cedidos ou alugados de instituições religiosas, os da Polícia Militar do Estado do Paraná e o Colégio Estadual do Paraná.

§ 2º - Nos estabelecimentos de ensino que funcionam em parceria com a Secretaria de Estado da Justiça/ Departamento Penitenciário e com a Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social/ Instituto de Ação Social do Paraná haverá processo de seleção para diretores, obedecendo critérios próprios, estabelecidos em Resolução Secretarial.

Art. 2º - Para os fins da presente lei entende-se por Comunidade Escolar os professores, especialistas em educação, funcionários, pais ou responsáveis e os alunos do Estabelecimento de Ensino onde se dará a designação dos diretores.

## **Capítulo II**

### **Da Consulta**

Art. 3º - A consulta para designação de diretores e diretores auxiliares será realizada de 3 (três) anos, no mês de novembro do calendário civil, através de voto por chapa, direto, secreto e facultativo dos membros da comunidade escolar aptos a votar, vedado o voto por representação.

Parágrafo Único - O processo de consulta será

I - supervisionado pela Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Educação;

II - coordenado pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação; e,

III - executado pelos Núcleos Regionais de Educação e Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Art. 4º - Estão aptos a votar os seguintes segmentos dos estabelecimentos de ensino:

I - professores e especialistas de educação;

II - funcionários;

III - responsável, perante a escola, pelo aluno menor de 16 anos, não votante;

IV - alunos matriculados no Ensino Médio e Educação profissional.

V - alunos com no mínimo 16 (dezesseis) anos completos, até a data da consulta, matriculados no ensino fundamental.

Parágrafo Único - Nos estabelecimentos de ensino referidos no § 2º do artigo 1º desta lei são aptos a votar os professores, especialistas de educação e funcionários.

Art. 5º - Haverá, em cada estabelecimento de ensino, uma Comissão Eleitoral composta por dois representantes do segmento de representantes legais dos alunos; dois de professores; dois de especialistas da educação; dois de funcionários; e dois de alunos; eleitos por seus pares, em assembleias convocadas pela direção especificamente para este fim.

Parágrafo Único - Não poderão compor a Comissão Eleitoral o diretor, o diretor auxiliar, o candidato a diretor e diretor auxiliar, alunos não votantes, bem como os cônjuges e parentes dos candidatos até o 2º grau, inclusive, nos termos da lei civil.

Art. 6º - Compete à Comissão Eleitoral responsável pelo processo de consulta para designação de diretores e diretores auxiliares, além das atribuições constantes da Resolução, as seguintes:

I - responsabilizar-se pela condução do processo de consulta;

II - registrar os candidatos à Direção e Direção Auxiliar;

III - convocar Assembleia Geral da Comunidade Escolar de Ensino a data em que ocorrerá a consulta;

V - elaborar a lista dos aptos a votar que será utilizada no dia da consulta;

VI - fiscalizar o processo de consulta, mormente no dia da votação;

VII - colher os votos, proceder à apuração e à proclamação do resultado da consulta, lavrando-se ata respectiva;

VIII - encaminhar ao respectivo Núcleo Regional de Educação, até o terceiro dia útil subsequente à realização da consulta, o seu resultado e eventuais recursos interpostos.

## **Capítulo III**

### **Do Registro dos Candidatos**

Art. 7º - O registro dos candidatos para estabelecimentos que comportem diretor (es) auxiliar (es) será feito através de chapa, em que conste o nome do candidato a diretor e diretor (es) auxiliar (es) de acordo com o porte do Estabelecimento de Ensino.

§1º - A divulgação do processo de consulta será regulamentada através de Resolução.

§2º - Os candidatos a diretor ou a diretor auxiliar somente poderão ser registrados em um único Estabelecimento de Ensino.

§ 3º - Quando não houver candidato inscrito, será prorrogado, por 15 (quinze) dias, o prazo de inscrição; perdurando a ausência de inscrito (s), será realizada nova consulta até o dia 15 (quinze) de abril do ano subsequente.

§ 4º - Nos estabelecimentos de ensino que não comportam diretor auxiliar serão registradas candidaturas individuais.

Art. 8 - São requisitos para o registro da chapa:

I - pertencer ao Quadro Próprio do Magistério, ao Quadro Único de Pessoal, ao Quadro Próprio do Poder Executivo, ou que mantenham vínculo com o Estado sob a sigla TF57, TF58 e CLAD;

II - possuir curso superior com licenciatura ou, quando se tratar de estabelecimento de ensino que ministre apenas educação infantil e ensino fundamental até a 4ª série, pelo menos o curso magistério;

III - ter, no mínimo, 90 (noventa dias) ininterruptos de exercício no estabelecimento de ensino que pretende dirigir até a data do registro da chapa;

VI - ter disponibilidade legal para assumir a função, no caso de estabelecimento de ensino que tenha demanda de 40 (quarenta) horas de direção;

V - não ter cumprido pena estabelecida em sentença criminal transitada em julgado nos últimos 2 (dois) anos;

VI - não ter sido condenado, nos últimos 3 (três) anos, ao cumprimento de penalidade administrativa de suspensão de 45 (quarenta e cinco dias) ou mais, multa, destituição da função, demissão e cassação de aposentadoria.

§ 1º - Os candidatos a diretor e diretor auxiliar dos estabelecimentos de ensino exclusivamente de educação profissional poderão ser registrados mediante a comprovação de formação superior na sua área específica.

§ 2º - A carga horária do candidato a diretor auxiliar não poderá ser superior à carga horária do candidato a diretor.

#### **Capítulo IV**

##### **Do Voto**

Art. 9º - Cada pessoa apta a votar terá direito a um voto, mesmo que represente mais de um segmento da comunidade escolar ou mais de um aluno não votante.

Art. 10 - O quórum mínimo de comparecimento para homologar o processo de consulta será de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) dos constantes da lista de aptos a votar, aprovada pela comissão eleitoral do estabelecimento de ensino.

§ 1º - Será considerada vencedora a chapa ou candidato que obtiver o maior resultado apurado com a fórmula descrita no artigo 11 desta lei.

§ 2º - Serão considerados inválidos os votos brancos e nulos, exceto no caso de candidatura única, quando serão computados como válidos os votos em branco, exclusivamente para efeito de quorum.

Art. 11 - Os votos serão apurados obedecida a seguinte fórmula:

$$V(X) = \frac{PA(X).50}{V \text{ VPA}} + \frac{PF(X).50}{V \text{ VPF}}$$

sendo que:

V(X) = total de votos alcançados pelo candidato

PA(X) = número de votos de pais e alunos para candidato

V VPA = número total de votos válidos de pais e alunos

PF(X) = total de votos de professores e funcionários para o candidato

V VPF = número total de votos válidos de professores e funcionários.

Art. 12 - Em caso de empate será escolhida a chapa em que o candidato a diretor, sucessivamente:

I - tenha mais tempo de serviço no estabelecimento de ensino que pretende dirigir;

II - tenha mais tempo de serviço no Magistério Estadual;

III - tenha mais tempo em direção de estabelecimentos da rede de ensino público estadual;

IV - tenha maior titulação na área educacional, tal como licenciatura, especialização, mestrado e doutorado.

Art. 13 - O candidato a diretor e a diretor auxiliar que se sentir prejudicado com o resultado da consulta poderá interpor recurso, no prazo de 48 (quarenta e oito)

horas contadas a partir da divulgação do resultado, perante a Comissão Eleitoral, que encaminhará ao Núcleo Regional de Educação.

Parágrafo Único - Os recursos interpostos serão julgados em primeira instância pela comissão eleitoral do estabelecimento de ensino, e segunda instância pelo Núcleo Regional de Educação, e, em última instância, pelo Secretário de Estado da Educação.

#### **Capítulo V**

##### **Das Disposições Transitórias**

Art. 14 - O processo de consulta estabelecido na presente lei será regulamentado por Resolução.

#### **Capítulo VI**

##### **Das Disposições Gerais**

Art. 15 - A gestão do diretor e diretor auxiliar será de 3 (três) anos, com início no primeiro dia útil do ano civil subsequente, sendo admitida apenas duas reconduções consecutivas.

Parágrafo Único - Caso o processo de consulta se realize no início do ano civil, a gestão dos candidatos escolhidos iniciar-se-á até 30 dias contados do resultado da consulta e terminará quando se encerrar a gestão dos escolhidos no mês de novembro.

Art. 16 - No caso de afastamento temporário do diretor, a substituição será feita pelo diretor auxiliar, que ocupará a primeira posição no registro da chapa e assim, sucessivamente.

Art. 17 - Em caso de vacância do diretor, o diretor auxiliar será designado como diretor e completará a gestão, obedecida a ordem de inscrição da chapa e assim, sucessivamente.

Parágrafo Único - Esgotadas as possibilidades previstas no *caput* deste artigo, será realizada nova consulta, nos termos desta lei.

Art. 18 - Nos estabelecimentos de ensino em que não houver quórum mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) ou onde a chapa ou candidato únicos obtiverem resultado inferior ao número de votos em branco será realizada nova votação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da consulta.

Parágrafo Único - Após a segunda votação prevista neste artigo, não havendo candidato eleito, ou nos estabelecimentos de ensino em que não houve consulta, por ausência de candidato inscrito, o secretário de Estado da Educação designará o diretor até a realização de nova consulta, que deverá ocorrer até 15 de abril do ano subsequente, nos termos desta lei.

Art. 19 - Publicado no ato de nomeação do diretor e diretor auxiliar no Diário Oficial do Estado, será dada posse aos designados no primeiro dia útil do ano civil subsequente.

Art. 20 - O diretor ou diretor auxiliar poderão ser destituídos da função a pedido ou motivadamente, pelo secretário de Estado da Educação, quando condenados por sentença criminal transitada em julgado e quando apenados administrativamente por suspensão, mediante o devido processo legal e garantindo-se os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Art. 21 - O diretor e o diretor auxiliar serão destituídos da função a pedido da comunidade escolar, mediante votação em plebiscito, convocado especialmente para este fim.

§ 1º - O plebiscito para destituição da função de diretor e/ou diretor auxiliar será convocado mediante requerimento contendo assinaturas da maioria simples de cada segmento dos aptos a votar da comunidade escolar.

§ 2º - Reunidas as assinaturas, o requerimento de convocação de plebiscito será encaminhado à Secretaria de Estado da Educação, para seu deferimento e execução dentro de 60 (sessenta) dias.

§ 3º - O quórum mínimo para validar o plebiscito é o comparecimento de, pelo menos, a maioria simples, por segmento, daqueles que assinaram o requerimento de sua convocação.

§ 4º - A votação para destituição da função de diretor e/ou diretor auxiliar será secreta e seguirá a fórmula prevista no artigo 11 desta lei.

Art. 22 - O diretor e o diretor auxiliar deverão participar de programas de capacitação pedagógica-administrativa definidos pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 23 - O secretário de Estado da Educação, mediante resolução, baixará as regulamentações que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento da presente lei.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

### **Mensagem:**

Sob o nº 035/2003, do senhor governador do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva definir critérios de escolha, mediante a comunidade escolar, para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

### **Ofícios:**

Sob o nº CTL/CC/216/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

008/2003: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre serviços funerários, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.164. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº CTL/CC/213/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 332/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/214/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 325/2003, de autoria do deputado Nelson Garcia, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/215/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 294/2003, de autoria dos deputados Doutor Luciano e Hermas Brandão, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 218/2003, do senhor governador do Estado, comunicando que: tendo em vista Acórdão do Órgão Especial do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, publicado no Diário Oficial da Justiça em data de 10.03.2003, concedendo a segurança requerida no Mandado de Segurança sob nº 47.529-0, impetrado pelo município da Lapa, contra os efeitos da Lei nº 11.256, de 21.12.95, a Procuradoria Geral do Estado, em razão de em tal mandato figurarem como impetrados o Estado do Paraná e seu governador, cuidou do assunto e analisou os aspectos jurídicos da situação, através de Parecer nº 400/PRA/PGE, de 24.09.2003, cujas conclusões aprovo e comunico. **Ao conhecimento da Casa.**

### **Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2594

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 666/2003, que trata do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 2575

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 662/2003, que institui a Região Metropolitana de Ponta Grossa e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2577

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 456/2003, que concede isenção das taxas de estadias nos pátios do Detran aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) NEREU MOURA

#### REQUERIMENTO Nº 2576

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2588

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, na qualidade de presidente da CPI da Sedu/Paranacidade, conforme atribuições legais e regimentais, REQUER prorrogação do prazo para finalização dos trabalhos desta Comissão, por (15) dias, a contar de 11 de novembro de 2003.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2572

O Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais e legais, vem REQUERER, ao Plenário desta Casa Legislativa, a aprovação para ser oficiado o senhor chefe da Casa Civil do Governo Estadual, para que se informe o número do Diário Oficial do Estado em que foi publicado a Lei nº 13937, de 26 de dezembro de 2002.

Caso não tenha sido publicada a citada lei, informar os motivos para a não publicação.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2579

Senhor Presidente:

Considerando que o senhor diretor-presidente da Fundepar não atendeu a solicitação contida no meu Ofício nº 306/2003, reiterada pelo meu Expediente nº 411/2003, venho REQUERER regimental e legalmente a esta Casa Legislativa para que esta oficie ao senhor governador para que determine à autoridade antes referenciada da Fundepar, para que responda ao que foi requerido nas missivas antes citadas, no prazo determinado pela legislação pertinente.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2591

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor governador do Estado, solicitando informar quais foram as reformas e ou construções procedidas nas instalações residenciais, ou não, da Granja Canguiri, o montante das despesas realizadas ou contratados para este fim, bem como qual o número de servidores ou empregados a serviço do governador e sua família, informando os respectivos cargos e vencimentos, qual o regime de contratação e o total gasto com as despesas desta natureza.

Por fim e, separadamente, pede informar também qual o efetivo policial utilizado para segurança da família do governador.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Arnaldo Sabota, ocorrido dia 03 de novembro/2003, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 60 anos de idade faleceu nesta Capital, o Sr. Antonio Arnaldo Sobota que deixou viúva dona Anilda Sobota. Deixou ainda, 03 (três) filhos e quatro netos.

O passamento de Antonio Arnaldo veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

Antonio Arnaldo era pessoa bastante relacionada no Estado do Paraná, principalmente nesta Capital. O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia um consolo: é a certeza

de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e ao trabalho,

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Rogamos ao Pai, todo poderoso, que os familiares de Antonio Arnaldo Sobota, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sobota endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2586

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Daniel Augusto Baldani, filho do Exmo. Sr. Abimael Baldani, prefeito de Jaguapitã.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2569

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de General Carneiro, pela passagem de seus 42 anos de emancipação política, no próximo dia 19 de novembro/2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Joelcy Marcos Lammel, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Juarez Vicente Martins Ferreira, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

As origens históricas do município de General Carneiro estão ligadas à descoberta dos Campos de Palmas, pelos desbravadores Pedro Siqueira Côrtes e Joaquim Ferreira dos Santos.

O certo é que o povoamento efetivo deu-se a partir de 1839, quando os primeiros ranchos começaram a ser construídos naquele sertão. João Humhevicz, Thomas Gaiovicz, Simão Gaiovicz, Onofre Gaiovicz e José Dralrtk, com suas respectivas famílias, foram pioneiros que deixaram seus nomes gravados na história regional.

Pelo Decreto Estadual nº 281, dos dias 13 de agosto de 1901, foi criado o Distrito Policial na Colônia

General Carneiro para o lugar denominado Iratin, Floresceu desta forma o Distrito de Iratin.

Em 1958 foi criado o Distrito Administrativo de São José de Palmas, com sede na localidade de Passo da Galinha, no território do município de Palmas. Esse povoado teve um crescimento muito acentuado e no dia 25 de janeiro de 1961, pela Lei Estadual nº 4339, São José de Palmas foi elevado à categoria de município, porém com a denominação simplificada para General Carneiro, desmembrando-se do território de Palmas. A instalação se deu no dia 19 de novembro de 1961.

Portanto, está de parabéns toda a população de General Carneiro, nesta significativa data de 19 de novembro em que vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação ao longo de seus 42 anos, num trabalho sério e competente voltado ao bem comum.

#### REQUERIMENTO Nº 2574

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do município de Itaipulândia, através de seu prefeito, Sr. Miguel Bayerle, pela passagem do 11º aniversário de emancipação política do município, comemorado no dia 10 de novembro.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Rua São Miguel do Iguaçu, 1891 - Centro - CEP: 85.880-000 - Itaipulândia-PR.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, conforme atribuições apostas no Regimento Interno desta Casa, REQUER seja, após ouvido o douto Plenário, concedido voto de congratulações à Dra. Denise Martins Arruda, pela sua ascensão, como primeira mulher no Estado do Paraná, ao Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A paranaense natural de Guarapuava, nascida em 09.02.1941, ingressou na magistratura deste Estado no ano de 1966, assumindo o cargo de juíza substituta em Jacarezinho. Desenvolveu com brilhantismo e severo conhecimento seus trabalhos nas Comarcas de Marechal Mallet (1968/1969), Jandaia do Sul (1969/1972), Peabiru (1972/1977), Londrina (1977/1984) e Curitiba (1984/1993). No ano de 1993 assumiu o cargo de juíza do

Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, sendo promovida por merecimento em 15.02.2002 à desembargadora do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e também por merecimento, foi indicada e nomeada ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada ao Exmo. desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Otto Luiz Sponholz e ao governador Roberto Requião de Mello e Silva.

#### REQUERIMENTO Nº 2583

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão Legislativa, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao Sindarspen - Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná, pela comemoração no dia 13 de novembro do Dia do Agente Penitenciário. Profissão das mais importantes da sociedade pelo fato de exercer as atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais, proporcionando segurança, tanto aos detentos, quanto à sociedade. Atualmente são 1350 agentes penitenciários estatutários que prestam serviços em nosso Estado.

Os agentes de reclusão do sistema penitenciário do Paraná tiveram o privilégio de ter o primeiro sindicato da categoria no Brasil, o Sindarspen - Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado do Paraná, fundado em 02 de agosto de 1990. Entidade atuante, que presta apoio, orientação, buscando incansavelmente defender e atender às reivindicações de seus associados.

A diretoria do Sindicato está representada por agentes lotados no Manicômio, Colônia Penal Agrícola, Penitenciária Central do Estado, Parque Agrícola, Prisão Provisória de Curitiba e Centro de Triagem. Pelo fato dessa grande representatividade, vem, ao longo dos 13 anos de sua fundação, realizando um trabalho sério e competente, priorizando o reconhecimento dessa categoria de trabalhadores, que, infelizmente, muitas vezes é esquecida dentro do contexto social, como prestadora do serviço público.

Muito nos tranquiliza que o Sindarspen, como representante sindical da categoria, atua em defesa e qualificação de seus associados, conseqüentemente realizando um trabalho de elevada importância em prol da segurança pública. Sentimo-nos orgulhosos em prestar esta homenagem através deste voto de louvor que se faz meritório. Registramos nossos melhores cumprimentos ao presidente, José Augusto Muller, extensivo aos fundadores, à diretoria, demais funcionários e colaboradores.

Em nome desta colenda Casa de Leis, que se torna instrumento da comunidade paranaense, agradecemos a todos que se mobilizam, proporcionando segurança pública em nosso Estado, especialmente aos agentes

penitenciários, ao mesmo tempo em que auguramos-lhes votos de muitas realizações e sucesso! Que Deus sempre os proteja.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2584

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Sinésio Santa Rosa.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2585

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao professor doutor Fernando Avelar.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2593

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor ao Sr. Osmar Rickli, pela imensa contribuição ao desenvolvimento da região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento da região de Carambeí se confunde com a evolução das empresas Rickli. Tendo como início a atividade madeireira, no começo dos anos 70, hoje o Grupo Rickli detém atividades em vários segmentos.

O Grupo, dirigido pelo Sr. Osmar Rickli, gera cerca de 400 empregos diretos e desenvolve inúmeras atividades sociais em Carambeí, atendendo em torno de 380 crianças e adolescentes, com creches, reforço escolar, acompanhamento socioeconômico, aulas de teatro, música, artesanato e oficinas semi-profissionalizantes.

Nota-se que Osmar Rickli, além de ter erguido um grupo de empresas que orgulham a população da região,



contribui com o desenvolvimento humano em um país de contrastes.

É calçado na história de amor por Carambeí e na grande atenção empregada à área social por Osmar Rickli, que este deputado, no uso de suas atribuições regimentais, propõe o presente.

#### REQUERIMENTO Nº 2571

O Senhor Presidente:

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja registrado votos de apoio ao ilustre vereador Mário Celso, pela sua campanha contra os outdoors pornográficos em Curitiba.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

#### REQUERIMENTO Nº 2567

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Rosalvo Augusto S. B. Gizzi, Coordenador da 9ª Unidade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de recuperar a BR-272, trecho Campo Mourão - Goioerê, que em toda a sua extensão apresenta estado deplorável de conservação pondo em risco a vida de todos que dependem da sua utilização.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A BR-272, trecho Campo Mourão - Goioerê, recentemente foi recuperada. Acontece que, em virtude do grande fluxo de caminhões e automóveis que por ali circulam, e pelo serviço efetuado ser de baixa qualidade, ela continua em estado deplorável de conservação, com grandes números de buracos na pista, depressões no asfalto, pondo assim em risco a vida de todos que por ali circulam.

#### REQUERIMENTO Nº 2570

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor secretário de Estado da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, solicitando recursos financeiros para aquisição dos equipamentos ou o envio de 06 (seis) macas para o Hospital da Providência, município de Apucarana.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Hospital da Providência é uma instituição filantrópica, mantida e administrada pela Providência Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de

São Vicente de Paulo, sendo referência na região da 16ª Regional de Saúde de Apucarana.

Está cadastrado no serviço de Urgência e Emergência e atende pacientes de 17 (dezessete) municípios da região do Vale do Ivaí.

Devido à falta de recursos financeiros e ao grande volume de atendimentos, o número de macas disponíveis para o Pronto-Socorro não atende à demanda, dificultando o transporte interno dos pacientes.

#### REQUERIMENTO Nº 2573

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Santos de Três Barras do Paraná, com votos de profundo pesar, pelo falecimento da senhora Isabel dos Santos, ocorrido no último dia 03 de novembro do ano em curso (expediente seja encaminhado ao vice-prefeito do município, senhor Hélio Bruning).

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da senhora Isabel dos Santos, deixou consternada toda população de Três Barras do Paraná. Mãe, esposa e avó exemplar, deixará em todos um sentimento de dor e saudade irreparáveis. Aos familiares deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

A senhora Isabel dos Santos, soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ela, principalmente sua grande família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ela foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2587

O Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando providências no sentido de que venha a cumprir a Lei Estadual nº 13.756, aprovada em 2002, referente à redução da taxa de esgoto.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário cumprir a lei, para que a população carente seja beneficiada com a redução do percentual de cobrança da tarifa de esgoto, atualmente correspondente a 80% do consumo de água.

Como trata-se de serviço essencial à saúde da população entendemos que o percentual de 30% seria viável para os municípios paranaenses.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná - Rua Engº. Rebouças, 1376 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba-PR.

#### REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do artigo: "Região Metropolitana - omissão ou descaso", publicado no jornal Folha de Londrina do último dia 05 de novembro.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) BARBOSA NETO

### Projeto de Resolução

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito nos municípios de Guaratuba e Matinhos para que a população decida sobre a transferência das localidades de Prainha e Cabaraquara, adiante descritas, pertencentes ao município de Guaratuba para o município de Matinhos.

"Começa na cumeada no morro denominado Pico Agudo, de onde uma linha reta alcança a nascente do Rio Cambará, pelo qual desce até sua foz no Rio Guaraguaçu e por este abaixo até alcançar a localidade denominada Praia das Monções; deste ponto segue pela costa até a foz do Rio Fundo, subindo então pelo Rio Fundo até a foz do Rio Pinheiro até a sua cabeceira, de onde em reta alcança a cumeada do Morro do Batatal, seguindo pela linha das cumeadas do Morro Canela e Morro da Furna, até alcançar o Pico Agudo, ponto de partida."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação do presente projeto de resolução é de corrigir uma distorção que há muito perdura e prejudica a população das localidades denominadas Prainha e Cabaraquara, que pertencem por lei, ao município de Guaratuba, mas geograficamente se encontram mais perto da sede do município de Matinhos e são atendidos em suas necessidades pela Prefeitura de Matinhos.

Existe entre as localidades já denominadas, a sede no município de Guaratuba uma divisa natural chamada

de Baía de Guaratuba, que dificulta o atendimento da Prefeitura aos reclamos dos habitantes de Prainha e Cabaraquara. Os atendimentos em sua maioria, são prestados pela Prefeitura Municipal de Matinhos, tais como: ônibus escolar, hospital, coleta de lixo, Copel, Sanepar, Telepar, Correios, Postos de Saúde, Policiamento, bem como, mais de 80% dos eleitores da região são cadastrados no município de Matinhos.

Razão pela qual conclamo aos colegas pela aprovação do presente projeto de resolução, que, irá propiciar aos habitantes de Prainha e Cabaraquara uma melhor prestação de serviço público.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 667/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, através da inserção de dispositivos que dispõe sobre a Licença Especial Remuneratória para fins de Aposentadoria, com a seguinte redação:

"Art... Fica concedida, ao servidor público estadual, Licença Remuneratória para fins de Aposentadoria decorridos 39 (trinta) dias da data que tiver sido protocolizado o requerimento de pedido de aposentadoria.

Parágrafo Único - Fica facultado ao servidor a opção de afastar-se do exercício de suas atividades, salvo se o mesmo for cientificado, antecipadamente, do indeferimento do pedido.

Art... O pedido de aposentadoria somente será assim considerado após terem sido averbados todos os tempos computáveis para esse fim; no caso de indeferimento sem causa ou improcedente, o servidor será indenizado pelo tempo que trabalhar na proporção do sobre de seu salário.

Art... O tempo de duração dessa licença será considerado como tempo de efetivo exercício para todos os efeitos legais, inclusive para aposentadoria especial".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de beneficiar os servidores públicos que requerem pedido de aposentadoria.

Existem várias desculpas por parte da Administração Pública para justificar a demora na tramitação de pedido de aposentadoria. No entanto, quase sempre se reconhece que o servidor tem tempo de contribuição, tem idade exigida e já completou o acréscimo chamado de pedágio.

O Estatuto do Funcionário Público diz que a decisão final de um requerimento administrativo deve ser dada em 60 (sessenta) dias, mas este prazo não é respeitado. Por isso, a exemplo de outros Estados da União, como o Rio Grande do Sul, esta proposição irá fazer justiça àqueles que esperam, muitas vezes, até um ano para obter resposta.

É injusto e cabe até ação judicial de reparação de danos, indenização por ter que trabalhar além do tempo necessário, sem qualquer vantagem.

O RGPS (INSS) quando defere uma aposentadoria reconhece o direito desde a data do requerimento da aposentadoria e paga todo o atrasado, embora o trabalhador venha recebendo seu salário por parte do empregador.

Acredita-se que trinta dias sejam suficientes para se deferir a aposentadoria, considerando que hoje, com a informatização, há o conhecimento rápido do tempo de contribuição e da idade do servidor, acredita-se, também, que em trinta dias seu pedido será negado, caso falte comprovar algum tempo, mas se o indeferimento for sem causa justa, o servidor deverá ser indenizado.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 668/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Social Coração de Maria, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro Social Coração de Maria, constituído em 25 de janeiro de 2002, é uma entidade beneficente de caráter filantrópico, sem fins lucrativos e está localizada no município de Londrina, Estado do Paraná.

É uma instituição de assistência social e beneficência, que dentre outras finalidades promove a habilitação e reabilitação da saúde; protege e ampara a família, a maternidade, a infância e a velhice; oferece assistência médica, odontológica e ambulatorial, como também a assistência pedagógica às pessoas carentes.

Tem como principal missão proporcionar saúde física, emocional, social e espiritual a pessoas carentes e empobrecidas de Londrina, através de assistência voluntária gratuita, objetivando a prevenção de doenças e a produção e recuperação do ser humano.

O Centro conta com cerca de 135 profissionais voluntários atuando em 18 áreas, tendo realizado no período de 2002 mais de 6054 atendimentos.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da instituição.

#### PROJETO DE LEI Nº 669/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam alterados o parágrafo 2º, alínea “d”, do parágrafo 3º do artigo 1º, o *caput* do artigo 5º, e o artigo 9º e seu parágrafo único, da Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003, que dispõe que os créditos tributários relativos ao ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de agosto de 2003, poderão ser pagos em parcela única ou várias parcelas, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Os créditos tributários relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de outubro de 2003, poderão ser pagos em parcela única ou em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais sucessivas, nos termos previstos nesta lei.

§ 2º - O pagamento integral do imposto, devidamente atualizado, deverá ser efetuado até o dia 19 de dezembro de 2003, com dispensa da multa e dos juros.

§ 3º - ...

d) o vencimento da primeira parcela ocorrerá até 19 de dezembro de 2003, e o das demais até o último dia útil dos meses subsequentes;”

“Art. 5º - Os contribuintes que, até 19 de dezembro de 2003, procurarem espontaneamente a repartição fazendária para reconhecer infração vinculada a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até 31 de outubro de 2003, será concedida a dispensa dos juros que incidirem sobre a dívida confessada espontaneamente, desde que quitado integralmente o imposto, devidamente atualizado.”

“Art. 6º - Os créditos de ICMS decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de outubro de 2003, poderão ser liquidados, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) do seu valor atualizado e dos juros, desde que integralmente recolhido o débito remanescente até 19 de dezembro de 2003.”

“Art. 9º - O contribuinte que possuir crédito acumulado de ICMS, habilitado pelo Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados - Siscred, decorrentes de operações de exportação ou ao abrigo do diferimento do pagamento, poderá utilizá-lo para liquidação integral dos débitos de ICMS, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou não, lançados até 31 de outubro de 2003, com dispensa da multa e dos juros, mantida a correção monetária, observado o disposto em Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Para usufruir do disposto no *caput* deverá o contribuinte protocolizar o requerimento, até 19 de dezembro de 2003, na Agência de Rendas do seu domicílio tributário.”

Art. 2º - No prazo de até trinta dias contados da data da sua publicação, a presente lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) NEREU MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente plano de lei com o objetivo de prorrogar os efeitos da Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003, a fim de que se amplie o universo de contribuintes atingidos pela norma, beneficiando não só os cofres do Estado, mas também possibilitando maior conforto para que se proceda o parcelamento dos débitos, pois o exíguo tempo preceituado na lei, acarretou muitos conflitos, de forma especial aos contribuintes que se encontravam sob fiscalização, discriminando-os dos benefícios.

Neste sentido, estamos conclamando os nobres senhores pares parlamentares desta Assembléia Legislativa, a apoiarem a presente proposição, que visa possibilitar benefícios ao Estado e aos contribuintes em débito, propiciando condições razoáveis para o pagamento do que é devido ao poder público.

**PROJETO DE LEI Nº 670/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Cegos de Sarandi - Acesa, com sede e foro no município de Sarandi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Cegos de Sarandi - Acesa, com sede e foro no município de Sarandi.

A Associação, sem fins lucrativos, foi fundada em 16 de julho de 1987 e realiza, com sucesso, o trabalho inerente à finalidade de sua criação.

Tendo por objetivo principal proporcionar aos deficientes visuais o conforto moral, a reabilitação, através de instrução e aprendizagem adequadas e, promover a defesa de seus direitos, de modo a adquirirem condições que lhe permitam viver com seus próprios recursos e encaminhar os deficientes visuais a órgãos onde possam receber assistência educacional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

**PROJETO DE LEI Nº 671/2003**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Santana do Itararé, comarca de Wenceslau Braz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Santana do Itararé, fundada em 06 de setembro de 2002, tem sede no município de Santana do Itararé e foro em Wenceslau Braz.

É uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos e com duração indeterminada.

A documentação anexa demonstra que essa entidade preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87 e demais disposições aplicáveis a matéria, merecendo, portanto, o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Horário das Lideranças: PL, PSL e PPS.

**(Declinam)**

PSB.

Com a palavra, o deputado Luciano Ducci.

O PFL ainda não foi chamado, é na sequência, deputado Elio Rusch.

**O SR. DOUTOR LUCIANO**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Venho à tribuna para informar à Casa, que hoje, pela manhã, eu, o deputado André Vargas e o deputado federal Paulo Bernardo, estivemos com a procuradora de Justiça, Dra. Maria Tereza Uille Gomes, para levar ao conhecimento do Ministério Público, situações referentes ao Orçamento de 2004, no que trata da área específica da saúde, tanto em nível de orçamento como em nível de PPA.

Preocupação nossa do PSB e de militantes do setor da área de saúde, quanto ao não cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, aprovada no dia 13 de setembro do ano de 2000, na Câmara Federal, sancionada pelo presidente da República, que trata das despesas e receitas do setor de saúde. Infelizmente, no Estado do Paraná, desde a aprovação da Emenda 29, nunca ela foi cumprida, ou seja, os recursos destinados à área de saúde, durante esses

quatro orçamentos, que passaram de 2000, 2001 e 2002, não foram cumpridos, e 2003 também não vem sendo cumprido. A proposta de orçamento para 2004 também não está sendo cumprida a Emenda 29, que trata do que é receita e do que é despesa do setor saúde.

Hoje o setor saúde - o próprio governador no programa do PMDB colocou, claramente, que o governo anterior deixou de investir 700 milhões na área da saúde. Este governo também não vem investindo o que manda a lei no setor saúde. O que queremos é que seja cumprida a Emenda 29, que a área da saúde possa ter esse recurso a mais, para que possa ser investido na ampliação e da oferta dos serviços de saúde no nosso Estado. Também sabemos das dificuldades que existem. Conversamos com o deputado estadual Marcos Isfer hoje e mostramos que têm várias situações que podem ser corrigidas no próprio orçamento. Existe uma premissa básica, que todo dinheiro da saúde tem que estar no Fundo Estadual de Saúde. Se estiver no Fundo Estadual de Saúde e se as despesas decorrentes foram fiscalizadas pelo Conselho Estadual de Saúde, muitas das despesas podem ser consideradas inelegíveis. O que não pode é considerar despesa da área de saúde, recursos alocados na Secretaria da Agricultura ou na Sudersa, ou na Sanepar, como tantos em outros locais, considerando isso como despesa da saúde. Uma correção nas questões do que pode ser considerada saúde, conseguimos avançar bastante.

Uma outra situação que não dá para considerar, que é a despesa do Paranasan, da Sanepar, como SAS e Sudersa, que não podem ser consideradas despesas para a área de saúde.

Andei olhando hoje algumas notícias e queria esclarecer, porque trazem uma crítica direta a este deputado. No ano de 2000, quando foi promulgada a Emenda 29, como secretário municipal de Saúde de Curitiba, lutamos junto ao Conasemes - Conselho Nacional de Secretários Municipais, em nível nacional. Fomos uma das lideranças que puxaram essa luta, da aprovação da Emenda 29, na defesa de recursos para a área de saúde. E também para dizer, que a partir de 98, quando assumimos a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, o investimento do setor saúde, em Curitiba, saltou de 6% para quase 13% e que os indicadores epidemiológicos da cidade de Curitiba falam muito mais do que as críticas. A diminuição da mortalidade infantil de Curitiba de 16,6 para 11,8 aumenta a distribuição de medicamentos de 28 milhões de unidades de medicamentos para 110 milhões de medicamentos, 23 unidades de saúde construídas.

Então, com certeza, nós fizemos pela cidade de Curitiba e principalmente com o aumento do recurso que foi possibilitado pela prefeitura de Curitiba, cumprindo a Emenda 29, como manda a lei.

#### **O Sr. Durval Amaral**

Permite um aparte deputado?  
(Assentimento)

Eu quero, inicialmente, cumprimentar V. Exa. pela iniciativa que tem de despesa intransigente da saúde pública no Estado do Paraná, cumprimentar ao senhor e ao deputado André Vargas pela visita que fizeram ao Ministério Público do Estado do Paraná, pedindo apoio e respaldo nessa defesa constitucional dos 12% para a saúde pública do Estado do Paraná e dizer que, como deputado estadual e também como líder da Oposição na Assembleia Legislativa, nos somamos a V. Exas, ao deputado André Vargas, num apoio incondicional a esta tese.

Entendemos também que o saneamento básico deva ser excluído do orçamento do Estado do Paraná como despesa alocada na área da saúde. Aliás, o governo Lula tem dado exemplo e tem surpreendido positivamente a sociedade brasileira. O próprio presidente Lula, o deputado Ângelo Vanhoni muito bem sabe disso, encaminhou uma mensagem contemplando recursos de saneamento básico com os recursos de infra-estrutura na área da saúde. A revolta foi muito grande e o próprio presidente reviu a sua posição, está reformulando o orçamento destinando os 12% de dotação orçamentária para a saúde pública do Brasil.

Quero crer que o governo do Paraná terá também a sensibilidade de alocar 12% de recursos, excluindo-se daí recursos de infra-estrutura para saneamento básico e os recursos também previstos aí para o programa de combate à fome, do total da dotação orçamentária destinada para a saúde pública.

Então, fica aqui o apoio incondicional, tenho certeza, não só do deputado Durval Amaral, mas de toda a Oposição a essa emenda de V. Exa. e do deputado André Vargas, cumprimentando-os desde já pela iniciativa da defesa intransigente da saúde pública do Estado do Paraná.

#### **O SR. DOUTOR LUCIANO**

Obrigado, deputado Durval Amaral.

Eu gostaria de agradecer ao deputado Durval Amaral e pedir, na verdade, à Comissão de Orçamento da Casa, que faça uma análise com cuidado, considerando o que é despesa da área da saúde, o que não é despesa da área da saúde, para que realmente a gente possa ter um orçamento conforme manda a lei, conforme manda a Constituição e um orçamento que atenda, realmente, os interesses do setor de saúde.

Seria isto. Muito obrigado, senhor presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

PTB e PP.

(Declinam)

PFL.

Com a palavra o deputado Elio Rusch.

#### **O SR. ELIO RUSCH**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso a tribuna no horário da Liderança do PFL para fazer duas considerações: primeiro, no que diz respeito a um pedido de informações que nós fizemos ao governador do Estado do Paraná em relação a despesas efetuadas no seu despacho na Ilha das Cobras.

Jamais eu imaginava que esse pedido de informações trouxesse tamanha irritação para o governador, como esse pedido de informações trouxe.

Nós entramos com o pedido de informações; foi aprovado. Nós recebemos no dia de hoje a correspondência por parte do governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, informando item por item. Acho que este é o trabalho que cabe a cada parlamentar, esclarecer as dúvidas que possam existir em relação à administração pública do Estado do Paraná e cabe ao governador do Estado do Paraná, por força da Constituição, por força da lei de informar a esta Casa todos os pedidos a ele dirigidos.

Aliás, diga-se de passagem que logo no início do Governo, Roberto Requião baixou um decreto dizendo que independente de pedido aprovado na Assembléia ou não que todos os secretários, tinham a obrigação de responder aos deputados num prazo improrrogável de 5 dias.

Pois bem, no mês de agosto eu fiz um pedido de informações para o presidente da Fundepar, até hoje não obtive resposta. No mês de setembro nós ratificamos como eu não tive a resposta pelos meus ofícios, pelos meus requerimentos eu estou fazendo hoje um Pedido de Informações oficial, pela Assembléia Legislativa, para que as dúvidas possam ser esclarecidas.

Lamento profundamente, lamento não, não sei até onde o governador quis chegar porque eu tomei conhecimento e está estampado nos jornais, principalmente na Gazeta do Povo de sexta-feira quando diz: Governo dá resposta sobre as Ilha das Cobras. Ele esclareceu e levou isso para a imprensa, eu não sei qual o motivo, não satisfeito com a resposta o assessor do governador, Benedito Pires, mandou uma correspondência para o Dr. Francisco Cunha Pereira, dizendo que eles estavam sendo prejudicados por uma matéria divulgada no dia anterior em relação ao pedido de informações que nós fizemos ao governador do Estado do Paraná.

A Gazeta do Povo publicou, no sábado, as duas matérias, na íntegra, uma para o diretor da Gazeta do Povo, Dr. Francisco e a outra, publicou na íntegra também, as respostas em relação ao meu pedido de informações. Ora, e disse o governador também no mesmo ofício que o que estaria se cometendo e o despacho que ele havia feito na Ilha das Cobras não era igual ao ex-governador que havia despachado, havia contratado helicópteros nos dias 28, 29 e 30 de dezembro de 2002, para fazer vôos panorâmicos ou vôos de lazer, o que não corresponde com a verdade, porque a própria assessoria do governador também tem declarado no jornal que estes vôos se fizeram necessários para inauguração e obras em

Antonina, para recolher documentos que estavam exatamente naquela casa oficial e assim por diante.

Se nós quiséssemos partir para este debate, aliás o governador Roberto Requião me deu uma oportunidade, amanhã ou hoje mesmo ainda, se a assessoria conseguiu terminar, vou entrar com outro pedido de informações, porque o governador Jaime Lerner, durante 8 anos, morou na sua residência particular e pessoal. Nada contra o governador Roberto Requião morar na residência oficial, na Granja do Cangiüiri, mas eu fui informado, não fui lá olhar ainda mas dizem que fizeram reformas, construíram guaritas, reformaram a piscina.

Para que não tenha dúvida, eu vou entrar com outro pedido de informações para que ele informe à Casa, vamos saber quantos policiais existem lá para segurança do governador, quem paga a alimentação, quem paga toda a despesa lá da Granja do Cangiüiri. E vamos, então, fazer um comparativo! Já que o governador quer fazer comparativo vamos fazer comparativo, para que a sociedade fique sabendo.

Concedo o aparte ao deputado Durval Amaral.

#### **O Sr. Durval Amaral**

Da mesma forma, deputado Elio Rusch, eu quero aqui reiterar uma Emenda Constitucional nossa que procura alterar a Constituição do Estado do Paraná dando prazo de 5 dias, já que por decreto o governador alterou, mas o seu decreto, o decreto do Governador, não pode alterar a Constituição. Eu tenho uma Emenda Constitucional tornando efetivamente este dispositivo de 5 dias para respostas a todos os pedidos de informação. Que isso seja votada na Assembléia e transformado em Lei!

Até porque, o que estamos presenciando hoje, são muitas respostas aos pedidos de informação que a Oposição faz, que vêm de uma maneira totalmente insatisfatória ou até agressiva muitas vezes, como é essa resposta que V. Exa. recebeu, que não atende, efetivamente, aquilo que V. Exa. indagou. O governo tenta tratar com ataque quando deveria apenas responder os questionamentos. Isso é inadmissível!

Eu quero apelar à presidência da Assembléia Legislativa, para que faça com que esta emenda Constitucional possa tramitar e vir a Plenário o mais rapidamente possível, para que aquelas respostas indevidas que o Poder Executivo forneça, venha fornecer à Assembléia Legislativa. As pessoas que indevidamente tratarem a Assembléia, que possam ser responsabilizadas pelos seus atos.

Era essa a colocação que eu gostaria de fazer.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. passa a usar o horário da Oposição.

#### **O SR. ELIO RUSCH**

Só existe uma coisa na vida que confirma os atos de qualquer cidadão, seja o político, seja o homem

público, ou seja qualquer cidadão da iniciativa privada: o tempo.

O tempo, deputado José Maria, é a razão. O tempo é o dono da verdade.

Vamos por alguns fatos: quando o governador Jaime Lerner construiu o Novo Museu, ele foi condenado na época, veementemente aqui na Assembléia Legislativa e pelo atual governador, que não aceitavam essa obra. Diziam que no lugar dele poderiam ser feitas tantas vilas rurais, tantos barracões industriais que gerariam tantos empregos para o Paraná, e assim sucessivamente.

Pois bem, deputado Durval Amaral, hoje quero chegar aqui e mostrar aos senhores deputados um trabalho perfeito, magnífico, do governador Roberto Requião, feito pela Secretaria de Esporte e Turismo.

E, para que não fique dúvida, quero mostrar aos senhores deputados um cartaz, confeccionado pelo governador do Estado do Paraná. O atual governador, Roberto Requião, confecciona o cartaz e mostra para o Brasil e para o mundo as belezas de Curitiba. Esse, aqui, é o Museu Oscar Niemeyer, é o “Olho”; foi confeccionado pela Secretaria de Esporte e Turismo.

Para onde vão esses cartazes? Para o Brasil e para o mundo. E o que mais está no cartaz? A primeira foto é o Parque Tanguá iniciado pelo hoje deputado Rafael Greca, quando ele era prefeito e terminado pelo atual prefeito Cássio Taniguchi. A segunda é a Universidade Federal; é uma obra já centenária, uma obra histórica. A terceira é o Jardim Botânico, construído pelo governador Jaime Lerner. A outra, é o Ópera de Arame, construído pelo governador Jaime Lerner.

Então, vejam, senhor presidente e senhores deputados, o atual governador do Paraná mostra para o Paraná, para o Brasil e para o mundo, as obras construídas pelo governo que o antecedeu, mostrando o que o Paraná tem de lindo e de belo.

Precisamos atrair, sim, o turismo, para o Estado do Paraná. Têm esse cartaz, que são exclusivamente obras do Jaime Lerner. Temos outros, que mostram a beleza das Cataratas do Rio Iguaçu, também está de posse, aqui, na Secretaria. E nesse mesmo cartaz mostra o espaço das Américas, construídos pelo Jaime Lerner. Existem obras do Norte do Paraná, de Maringá, de Londrina. Existe um cartaz da Serra do Mar, existe um cartaz feito pelo Litoral. Obras lindas, cartazes confeccionados com perfeição e com profissionais. E eu, como deputado, quero dizer que estou feliz hoje, como estava feliz quando o deputado Rafael Greca foi reconhecido pelo deputado Nereu Moura, quando entrou no PMDB, porque eu dizia dos méritos do deputado Rafael Greca como prefeito e como ministro e fui criticado a dois, três anos atrás. E hoje, o deputado Rafael Greca foi acolhido pelo PMDB. Mostrou que o respeito que tenho pelo Rafael Greca foram confirmados pelo PMDB.

E a mesma coisa fizemos na Assembléia, deputado Valdir Rossoni, quando V. Exa. foi líder do Governo e depois o deputado Durval Amaral, tudo isso que falamos

se confirma pelo atual governo, que mostra para o Brasil o que o Paraná tem de mais belo.

O tempo é o dono da verdade. O tempo se encarrega de confirmar a verdade ou de desmentir as pessoas. Como deputado estou feliz, realizado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, aviso que V. Exa. dispõe de pouco tempo.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Eu serei breve, deputado Elio Rusch.

Acredito que é uma atitude admirável do governador Requião em reconhecer as obras do governador Jaime Lerner, quando ele faz um cartaz desse enaltecendo as belezas do Paraná, e nós vemos que tudo isso foi obra do governador, nós aqui, homens de Oposição temos que cumprimentar o governador pela sua grandeza, porque ele está olhando o interesse do Paraná.

Está de parabéns, o governador Requião por essa atitude.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Gostaria de saber de V. Exa. sobre horário do PSDB. Eu gostaria de fazer uso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. pode fazer uso do horário do PSDB.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Gostaria que me inscrevesse, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está inscrito, deputado Valdir Rossoni.

Deputado Elio Rusch, esta Mesa vai ser benevolente com V. Exa. e vai lhe conceder mais um aparte, que a seu critério V. Exa. pode dar. Desde de que seja breve, não ultrapassando a um minuto, que tradicionalmente nós temos dado essa tolerância a todos os oradores.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Gostaria de saber se o PDT já foi chamado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda não.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elio Rusch, solicito a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH

Deputado José Maria, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado José Maria, V. Exa. pode falar no horário da Liderança do Governo, porque se conceder essa abertura para que o deputado possa conceder o aparte a V. Exa., vou ter que conceder ao deputado André Vargas, ao deputado Rafael Greca e ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. ELIO RUSCH

Peço escusas ao deputado Rafael Greca, ao deputado José Maria, mas infelizmente o Regimento não permite que eu conceda o aparte.

Quero agradecer o presidente, às senhoras e senhores deputados que com toda a certeza esse tema vai, de repente, levantar muitas discussões aqui na Assembléia Legislativa. Mas, quero encerrar o meu pronunciamento, apenas dizendo da minha satisfação em ocupar a tribuna, na Sessão de hoje, nesse espaço, de mostrar à Assembléia Legislativa, para que fique registrado nos Anais da Casa e para que a imprensa que assistiu e viu também aquele belíssimo cartaz impresso pelo atual governador Roberto Requião, reconhecendo as obras feitas pelo ex-governador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência gostaria de esclarecer que ainda se encontra aqui em vacância os horários do PT e do PMDB, que poderão ser usados; não tem ninguém inscrito.

Com a palavra o deputado Valdir Rossoni, no horário do PSDB.

Gostaria de registrar a presença, deputado Valdir Rossoni com a sua aquiescência, do deputado Luiz Carlos Haully.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados. Acredito que a própria imprensa paranaense, os senhores parlamentares devem estar se perguntando neste momento, porque a Oposição até o presente momento não se reportou à reportagem da Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo.

É importante esse comunicado com a aquiescência do nosso líder Durval Amaral tomada pelo Oposição. Pelo programa lançado pelo governador Requião do “Desemprego Zero”, iniciado dentro da sua família.

A posição da Oposição é não falar sobre este assunto. A questão do nepotismo é um problema de consciência do governador e da sua equipe.

É esta a posição da Oposição, quanto à matéria que saiu na “Folha” e no “Estado de São Paulo”.

Quanto às palavras do deputado Elio Rusch, vi que levantaram-se os deputados do governo! Essa foi boa!

Poderíamos mostrar aqui outras fotografias, outros cartazes. Se fôssemos fazer cartazes do governo Requião

teríamos muitas dificuldades. Por exemplo, é uma coisa que não consigo entender politicamente, é o MST favorável ao governador Requião! O que aconteceu nos 11 meses de governo? Quantas casas para sem-terra foram construídas no Paraná, neste ano? Zero! Não dá para tirar fotografias! O que vimos, foi o aumento da violência no campo, levante dos proprietários! Vimos o MST se movimentando e pedindo reforma agrária! Isso daria para comparar também com o governo Fernando Henrique. Ele afirmava que fez uma determinada quantia de assentados; o Movimento desmentia.

Hoje vemos o fracasso da reforma agrária nos últimos 11 meses.

Qual é a grande meta do governo Requião? Não encontramos nada! O que tenho visto são bravatas do atual governador! Ele chama a atenção da sua equipe por não levantar cedo! É culpa minha? É culpa sua pela escolha dos secretários! Se ele respeitar seus secretários, seus diretores, é natural que isso é uma conversa para uma reunião. Ele poderia, com toda delicadeza possível, dizer aos seus subordinados que o horário de chegada na reunião é oito horas, sete, cinco horas da manhã. O que não pode é toda a segunda-feira o governador levantar e dizer que vai demitir quem não chegar na reunião, e até hoje não demitiu ninguém! Sabemos de um número muito grande de secretários, diretores que não comparecem. Vamos parar com isso! Não é assim que se governa!

Sei que é ruim, senhores deputados da Situação, com onze meses, não tem o que falar...

Poderíamos tirar fotografias das indústrias que se instalaram em Ponta Grossa, com a ajuda do prefeito Jocelito Canto, mas com a ajuda do governador Jaime Lerner.

Deputado Bradock, V. Exa. que é especialista neste assunto, avise o governador que às vezes as pessoas não conseguem dizer-lhe que a segurança da nossa capital é uma vergonha! Isto é muito ruim para uma cidade que é referência no Brasil.

Era isso.

Queria apenas fazer o registro do posicionamento dos deputados de Oposição, quanto à questão da matéria que saiu na “Folha” e no “Estado de São Paulo”.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, somente queria fazer um convite aos deputados.

Hoje à noite vamos ter um jogo de futebol em Ponta Grossa e os deputados jogando contra a cidade, vários deputados estarão presentes e todos estão convidados.

Amanhã, às 07h00 da manhã, antes do horário de o Requião - ele começa às 08h00 - os deputados vão trabalhar às 07h00. O presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, ao lado dos demais companheiros, estarão assinando a promulgação da lei que determina a Garagem da Esperança como instituição de Utilidade Pública do



Estado do Paraná. O presidente vai promulgar amanhã essa lei, às 07h00, quer dizer, contrariando o deputado Rossoni, a reunião dos deputados será às 07h00 da manhã!

Quero deixar o recado: quem não comparecer na reunião amanhã, poderá ser colocado de fora pelos eleitores que votaram em Ponta Grossa.

Então, fica o recado aqui aos deputados que fizeram voto na região de Ponta Grossa, de quem não comparecer amanhã, poderá perder os votos na próxima eleição. Não será demitido, mas poderá perder os votos quem não comparecer amanhã!

Muito obrigado, senhor presidente! Muito obrigado, senhores deputados!

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para fazer um comunicado à Mesa.

Na quarta-feira, o governo do Estado do Paraná deverá se dirigir à cidade de Paranaguá, em comemoração aos 150 anos de emancipação do nosso Estado.

Esta comemoração está sendo organizada pelo deputado Rafael Greca, a Assembléia Legislativa deverá fazer uma Sessão Solene no nosso litoral e na sede da Prefeitura, a partir das 14h00. Nós, deputados estaduais, junto com o presidente da Assembléia, em comitiva, deveremos, a partir das 09h00, fazer o trajeto de trem até a cidade do litoral.

Então, gostaria de externar o convite a todos os senhores deputados. Vamos percorrer os pontos turísticos dessa bela estrada que liga a capital do Estado ao nosso litoral, através da Serra do Mar, e esperamos contar com a presença dos 54 deputados nessa solenidade. Acho que o nosso litoral merece a comemoração dos 150 anos de emancipação política do nosso Estado, merece a presença dos senhores deputados nessa bela homenagem que está sendo programada para este dia 12 de novembro.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em nome da Mesa Executiva, reiteramos e reafirmamos aqui o convite feito pelo deputado Ângelo Vanhoni, para participação nessa Sessão.

#### O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Presidente, só para colaborar com o que disse o nosso líder, deputado Vanhoni, a quarta-feira também marca os 30 anos da morte do grande paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto, que foi o governador do Centenário do Paraná e nasceu em Paranaguá. Essa é a razão de o senhor governador e do presidente da Assembléia terem concordado em instalar o Governo do Estado e a Assembléia Legislativa na cidade-mãe do Paraná.

Por isso, apelo aos senhores deputados e às senhoras deputadas para que compareçam à Sessão histórica, na cidade de Paranaguá. É uma forma de homenagear

Bento Munhoz da Rocha, e é uma forma de homenagear a cidade onde surgiu o Paraná.

Amanhã, às 10h00, aqui, no busto do Bento, que dá nome ao Centro Cívico, haverá uma homenagem floral, promovida pelo Movimento Pró-Paraná e por esta Assembléia, através da Comissão do Sesquicentenário, para a qual eu também convido o colégio dos deputados.

Obrigado!

#### O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para confirmar a V. Exa. e à Casa que estarei em Paranaguá prestigiando, porém, não irei de trem; vou de carro.

Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra, o senhor deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Gostaria de, neste dia, trazer a minha preocupação em relação à situação dos agricultores do nosso Estado, principalmente os pequenos e médios produtores rurais que estão sendo desrespeitados, principalmente até pelo Governo do Estado.

Recebi aqui uma correspondência que vem assinada por 25 entidades e associações ligadas ao setor agrícola e agropecuário do nosso Estado.

É intitulada “Carta de Palmas”, onde demonstra publicamente o repúdio às invasões de propriedade e pedindo que as autoridades constituídas tomem providências para coibir esses abusos praticados pelo Movimento dos Sem-Terra. Recentemente, a Rede Globo mostrou o descaso para com os proprietários agrícolas da região de Paranaíba, e agora a região Sudoeste do Estado também demonstra esta mesma preocupação.

(Lê):

“Representantes da sociedade do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, reunidos em assembléia no Sindicato Rural de Palmas, manifestam seu repúdio às invasões de propriedades e à forma improdutiva, violenta e contemplativa como vem sendo conduzida a Reforma Agrária.

As invasões, independente de quaisquer justificativas, são um desrespeito à lei e um ato de violência contra a sociedade. Produtores rurais, suas famílias e empregados, têm sido sistematicamente humilhados por invasores auto denominados “sem-terras”, os quais roubam o gado e a produção, depredam bens e fazem uso da chantagem explícita, como preço a ser pago pelo produtor para que ele colha aquilo que plantou em suas terras.

Tal cenário vem se agravando com novos atentados ao direito de propriedade.

Sem que as autoridades governamentais usem da energia necessária para coibir abusos e restabelecer a lei,

a impunidade é a senha para que o MST, travestido de “movimento social”, mais e mais zombe do Estado de Direito.

Mandados judiciais de reintegração de posse não se discutem, nem se negociam; são determinações a serem cumpridas.

O que a sociedade espera dos Governos é a mediação dos conflitos pela imposição negociável do cumprimento da lei, ou seja, a execução da Reforma Agrária nos estritos limites da ordem e da lei.

A sociedade tem visto um movimento político, cuja ideologia e prática demonstram os objetivos de assaltar o poder, desmoralizar as instituições, achacar a democracia e implantar o modelo de ditadura socialista-obscurantista, na qual os direitos e o exercício da cidadania não mais existem.

Mas o que nos causa maior espanto e indignação, é a forma absolutamente desigual, surpreendentemente ágil e desproporcionalmente violenta com que a polícia federal e/ou especial tem agido contra produtores rurais, sendo que, estes, possuem nome e endereço conhecidos, identidade, CPF e profissão nobre, que é produzir alimentos para o povo brasileiro e gerar grandes excedentes exportáveis.

Tratamento semelhante é o que a sociedade organizada que abaixo assina e exige para aqueles que, debaixo do manto conveniente da clandestinidade, esbulham, incendeiam, depredam, confiscam, roubam, e assim matam a dignidade e esperança dos cidadãos de bem, que, responsáveis pelos seus atos, vivem sob a égide da legislação em vigor. Reafirmamos que nós, representantes da sociedade e produtores rurais do Sudoeste paranaense e Oeste catarinense queremos a ordem, condições de tranquilidade para produzir e progredir, criando empregos que possam assimilar esses desvalidos, hoje “massa de manobra” das lideranças do MST, que buscam conturbar o país para atingir seus objetivos espúrios e inaceitáveis.

Por tudo isso, pedimos mais governo dos nossos governantes. Exigimos que as nossas autoridades federais e estaduais deixem de adotar atitudes lenientes e contemplativas em relação às invasões e ao MST e tratem de impor, novamente, o império da ordem e respeito às leis, como premissa indispensável para a manutenção da democracia e do Estado de Direito Constitucional.”

Assinam esta carta o Sindicato Rural de Palmas e outras 24 entidades ligadas à questão da terra.

Muito obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Horário das Lideranças, fará uso do Horário da Liderança do PMDB, o deputado Artagão Júnior.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Fico realmente muito impressionado com alguns discursos, com algumas atitudes que podemos presenciar

aqui na Assembléia Legislativa! Deputado de primeiro mandato, talvez com entusiasmo, talvez inexperiente, talvez com um foco um pouco diferente do que aquele que realmente nós estamos vivenciando aqui na Assembléia Legislativa. E existe um ditado chinês que diz que antes de você sair a resolver os problemas do mundo, você tem que dar três voltas na sua casa.

As afirmativas que estou escutando aqui de deputados, parlamentares que por oito anos estiveram ao lado do governo, que por oito anos puderam fiscalizar as ações do governo, que por oito anos inviabilizaram as cobranças e os pedidos de esclarecimentos por parte dos demais parlamentares, hoje mudam de posição, mudam de atitude, e começam a exigir o que há pouco não exigiam.

Nós estamos finalizando o trabalho de uma CPI, a CPI do Paranacidade. Estamos com o relatório desta CPI pronto, e estaremos distribuindo aos demais pares da Comissão, para que eles avaliem e para que façamos a votação. E quero me dirigir ao nobre parlamentar, deputado Elio Rusch, nosso companheiro de CPI, que muito me estranharia, se após quarenta milhões de investimentos, se após uma contratação só de projeto de mais de um milhão de reais do arquiteto Oscar Niemeyer, ao menos nós não pudéssemos usar a foto, a imagem do Museu Oscar Niemeyer para divulgarmos as obras e a imagem do Estado do Paraná!

Realmente, se fizermos uma conta de quarenta milhões de reais em ambulâncias, em postos de saúde, em hospitais nas microrregiões do Estado - que são necessários - nós, teríamos, por exemplo, 20 pequenos hospitais com investimentos de cerca de dois milhões de reais, teríamos 1000 ambulâncias de quarenta mil reais, teríamos 1000 reformas em postos de saúde na faixa de quarenta mil reais. Evidentemente que é um obra de porte, uma obra imponente, uma obra que leva a imagem do Estado do Paraná, mas que o responsável direto por aquela obra foi o arquiteto Oscar Niemeyer, consagrado nacional e mundialmente. O nosso governador Jaime Lerner era o responsável direto pelas despesas, despesas essas que nós apontamos no nosso relatório como despesas passíveis de melhores investigações, despesas que nós pudemos comprovar, como V. Exa. naquela CPI, que são frutos de diversos privilegiamentos, de diversos direcionamentos conforme aqueles procedimentos licitatórios que nós investigamos e analisamos durante a nossa CPI. Sem dúvida alguma esse investimento poderia ser melhor realizado pelo governo Jaime Lerner, que antecedeu o governador Roberto Requião. Com certeza o desenvolvimento urbano não está em um museu na Capital do Estado! As necessidades do povo do Paraná são muito maiores e muito diferente do que essa do Museu Oscar Niemeyer.

Quando nós falamos, como foi falado pelos nobres parlamentares, de aviões, hoje almoçávamos com o governador Roberto Requião, e no último ano do governo Jaime Lerner houve despesas de dez milhões de reais em aluguel de aviões e helicópteros. E aqui, há pouco tempo,

nos solicitavam essas informações porque o governador Roberto Requião queria comprar uma nova aeronave. Somente nas CPI do Paranacidade, nós comprovamos setecentos e vinte e dois mil reais gastos em locação de aeronaves. Quarenta e dois mil reais para se fazer duas viagens para Brasília, um trecho que existe vôo permanente e continuado, sendo o custo de vinte e um mil reais por viagem! Esses atos, essas ações não foram fiscalizadas.

**O Sr. Rafael Greca**

Eu quero dizer só o seguinte: perguntava o deputado Elio Rusch o que fez o governador Requião até agora. Eu quero ressaltar a economia de cento e trinta milhões de reais no Detran, que nos anos anteriores não houve, que já é muito importante como fruto desse governo.

Quero ressaltar o Luz Fraterna, quero ressaltar a devolução da Sanepar à Administração do Estado. E quero ressaltar também que a reportagem da Folha de São Paulo não deve merecer a acolhida dos bons paranaenses, porque a senhora Lúcia Requião é voluntária no serviço de apoio aos desvalidos do Estado. A senhora Koarengue, que é citada na reportagem e que veio da Prefeitura, é uma arquiteta valorosa que trabalha no Museu Niemeyer e não é irmã da dona Maristela Requião e Mello e Silva. Ela é viúva de um Koarengue, é aparentada da dona Maristela, mas não sua irmã. A reportagem está eivada de erros. E a advogada que é citada pelo sobrenome Romanelli já é separada do atual diretor da Cohapar.

Agora, não me parece que uma mulher que foi separada do seu marido tenha que ser cassada do seu direito profissional, perder o seu registro e a sua possibilidade de trabalhar por ter sido casada com alguém que exerce um cargo comando.

Então, há muitas injustiças naquela reportagem. E, de outro lado, nepotismo haveria se os sobrinhos ou as personagens citadas ganhassem sem trabalhar, ou tivessem sido nomeadas para sempre, ou contratadas para ganhar sem trabalhar. Foram nomeados para os cargos de confiança e todos, ao que me parece, cumprem horário, expediente e até trabalham fora de horário para servirem e desempenharem as suas funções no interesse do Paraná.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Senhor presidente, para finalizar, eu gostaria de esclarecer que na linha do que foi dito pelo nobre deputado Rafael Greca, na nossa CPI também pudemos comprovar a contratação de membros diretos, familiares, membros componentes do governo Jaime Lerner; a contratação de um parecer jurídico por vinte mil reais, parecer esse que não era necessário porque tem a Procuradoria Geral do Estado responsável para fazer esse trabalho; a contratação também de um trabalho de projeto arquitetônico no Canal da Música de um filho também de um Secretário de Estado, por algo em torno de cinquenta

mil reais, sem que efetivamente todas essas posições fossem levantadas.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Um erro não justifica o outro.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

E no que diz respeito aos decretos, o nosso nobre deputado José Maria, nosso presidente da Comissão, pudemos atestar, como os demais pares daquela CPI, que o Paranacidade era administrado através de decretos do governador Jaime Lerner, decretos esses que vinham de interesse às suas ações políticas e não ao interesse da legislação e do povo do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Artagão, esta Presidência vai ter o mesmo tratamento, a mesma tolerância que teve durante o pronunciamento do deputado Elio Rusch.

Eu consulto V. Exa., que já nós lhe demos a tolerância necessária, se V. Exa. quer usar o tempo da Liderança do Governo, que ainda está aqui com possibilidade de uso.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Eu gostaria de terminar.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Vou lhe conceder a possibilidade de mais um aparte, conforme eu tinha feito o mesmo entendimento com o deputado Elio Rusch.

**(Vozes paralelas)**

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

V. Exa. me deu um minuto. Eu infelizmente, não cedi mais aparte a ninguém e encerrei o discurso.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Mas na tolerância que esta Presidência gostaria de dar ao assunto, já que é polêmico e importante, porque esta é uma Casa para se discutir, disse aqui que poderia V. Exa. dar mais um aparte. Tinham quatro apartes solicitados. Da mesma forma o deputado Artagão, que tem três ou quatro apartes e eu lhe concedo um aparte.

**(Vozes paralelas)**

Está assegurada a palavra ao orador.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Concedo um aparte ao deputado José Maria.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Quero pedir esse aparte, deputado Artagão, para corroborar com o vosso pronunciamento o deputado Elio Rusch, a quem tenho muito carinho e apreço, na hora que

usou da tribuna, na minha avaliação não foi feliz. Quantas vezes tivemos no mandato passado, aqui, requerimentos importantes que foram barrados?

Tenho certeza, deputado Elio Rusch, que o governador se tiver conhecimento de que algum requerimento não tenha sido informado dentro do prazo, no mínimo ele solicitará à sua assessoria que dê uma razão justificada para o deputado, por não ter respondido, porque ele tem sido cioso na questão da resposta, da informação e da transparência. Este é o governo que eu gostaria que nós tivéssemos nos oito anos passados.

Hoje, mesmo o deputado Neivo Beraldin tem um termo, aqui, na questão do Banestado, no qual solicitamos - tem o voto da Oposição, que transcreveu quase como uma previsão, o que estava acontecendo e o que iria acontecer com o Banestado. O requerimento foi reprovado. O deputado Neivo Beraldin está com a cópia, aqui, para quem quiser ver os termos da Ata. Depois, deputado Neivo Beraldin, eu solicitaria a V. Exa. que faça a transcrição daquele ato.

Aí, vamos ver o que é uma bancada de Situação, que passou feito um rolo.

Acho que a reclamação, que o líder da Situação leve ao governador e ele obterá as informações. Com relação às informações obtidas e encaminhadas a V. Exa., com relação a Helisul, o que me consta é que foi um passeio.

Este, sim, Ilha das Cobras, o governador convocou a sua equipe, para lá analisar, fazer uma avaliação do governo, do comportamento dos últimos meses do ano. Aqui, temos um cancelamento de um vôo de taxi aéreo realizado no dia 28 de dezembro, sábado; no dia 29 de dezembro, domingo; e dia 30 de dezembro de 2002, segunda-feira. Esta é a transparência que o governador procurou dar, cancelando o pagamento deste empenho. Não vejo, hoje, razão para que possamos falar.

Estou com o deputado Valdir Rossoni, quando reconheceu a grandeza do governador Roberto Requião, porque não criticamos obras na comissão e V. Exa. é testemunha disso. Criticamos valores e a forma de executar. Uma obra que foi pensada e executada entre doze e treze meses. Se tivesse sido executada conforme determina a Lei 4320, com planejamento e execução, com certeza, ela teria saído por 65% do custo que lá apontou.

Agradeço o seu aparte e peço ao presidente escusas pelo alongamento do aparte.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito a V. EXa. que conclua o vosso pronunciamento.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, V. Exa. deu três minutos para o aparte do deputado José Maria. Não é o mesmo tratamento. Tem que ser igualitário.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Valdir Rossoni, com todo o respeito a V. Exa., se o deputado Elio Rusch tivesse concedido o aparte ao orador que estaria lá, nós não teríamos essa, digamos, intransigência, de cortar a palavra do orador durante o seu posicionamento.

Então, solicito ao orador que conclua o seu pronunciamento.

#### O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Para que não fique dúvida, não que este deputado não tenha dado o aparte. V. Exa. foi claro que daria um minuto para concluir. Pedi escusas ao deputado, porque em um minuto jamais algum deputado consegue expressar o seu pensamento. Não neguei aparte. V. Exa. disse que daria um minuto para concluir o meu pronunciamento - ou por mim ou pelas pessoas que estavam apartando.

Por este motivo que eu resolvi encerrar o meu pronunciamento. Infelizmente, V. Exa. não me deu o aparte, mas no momento oportuno eu vou fazer todos os esclarecimentos necessários levantados por V. Exa. e também pelo deputado José Maria.

#### O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

O deputado José Maria falou em requerimento. Eu gostaria, se V. Exa. permitisse, que o deputado Neivo Beraldin lesse o requerimento que não foi aprovado nesta Casa. Gostaria de ter conhecimento público desse documento, desse requerimento não aprovado por esta Casa e que falava sobre os desmandos do Banestado no governo anterior.

Eu gostaria, de V. Exa. permitisse, dentro da liberdade de expressão desta Casa, que o deputado Neivo Beraldin lesse a todos os parlamentares o requerimento que não foi aprovado, até porque eu não estava aqui, mas gostaria de tomar conhecimento, porque vejo diariamente, mensalmente o governo do Estado pagando 47 milhões que podiam ser feitas obras no Paraná.

Eu gostaria que o senhor permitisse que o deputado Neivo Beraldin, que é o do seu Partido, lesse esse ofício aqui publicamente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a ser decidida.

Eu solicito ao orador da tribuna que conclua o seu pronunciamento.

#### O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Agradeço pelo tempo e sabendo que a postura do governador Roberto Requião, de transparência, justamente por não se ter nada a esconder, e volto a mencionar o ditado chinês - "Antes de sair pelo mundo, tentando resolver os problemas deste, vamos dar três voltas dentro da nossa casa".

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Senhor presidente, pelo que eu tenho sentido a questão de ordem tem prevalecido sobre o aparte.

Então, eu só não consegui compreender a resposta dada pelo ilustre deputado Artagão, quando ele diz que tem que cuidar ao redor da casa, primeiro. Eu não sei se ele quis fazer uma crítica velada ao governador Requião ou ao governo Requião. Eu não consegui compreender. Vou ficar para procurar entender.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Rossoni, a questão de ordem precede a qualquer colocação neste Poder.

Deputado Ângelo Vanhoni com a palavra, no horário da Liderança do Governo.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, senhores deputados, eu quero elogiar a participação do deputado Elio Rusch, porque ele suscita, através da sua intervenção, um debate importante para anos do Parlamento.

O deputado Elio Lino Rusch trouxe hoje dois assuntos na tribuna da Assembléia em que diz respeito ao pedido de informações respondido pelo governador Roberto Requião e trouxe um cartaz também feito por este governo, eu não vi o cartaz, mas ouvi o senhor falando, a respeito de pontos turísticos do Estado do Paraná.

Que bom que o governo é assim como fala o deputado Elio Lino Rusch. Este é caminho que eu acho que o governo tem que ter. Primeiro, o caminho da transparência, deputado Elio Lino Rusch. O deputado José Maria e o deputado Valdir Rossoni, que foi líder do governo passado, sabe como as coisas funcionavam aqui na Assembléia. Pedidos de informações sequer eram aprovados na Assembléia. Oito anos e nós podemos, talvez, contar nas mãos os pedidos de informações que foram aprovados.

E olha que coisas importantes aconteceram aqui nesta Casa, como a privatização do Banco do Estado do Paraná, um processo que demorou e demandou uma polêmica exaustiva na nossa Assembléia a tentativa de privatização da Copel, os acordos que foram feitos em relação à concessão das estradas que redundaram agora numa CPI de Pedágio, recentemente feita, que está numa situação ainda indefinida para todos os paranaenses até hoje, a venda das ações da Sanepar - nenhum desses pedidos de informações, desses requerimentos, sequer foram respondidos. Trezentos bilhões de dólares na época foram disponibilizados de dinheiro do governo do Estado para a compra, para a venda, foram vendidas essas ações para três grupos, um do Banco Opportunity, outro a Vivandi, um grupo francês, são inúmeros. O Estado do Paraná teve praticamente toda a sua malha administrativa, seu corpo administrativo devassados por um processo, ou de terceirização ou de privatização, de venda de patrimônio, e a opinião pública, a sociedade, não teve acesso a uma única informação.

O deputado Luciano Ducci, corretamente, fez uma intervenção a respeito da saúde pública e dos questionamentos que estão sendo feitos hoje, fruto de uma análise por parte de deputados do Conselho Estadual, em relação às verbas da Saúde que devem ser aplicadas conforme a Constituição, a Emenda 29 para o ano que vem de 12%. O deputado Luciano Duci que teve um trabalho na Prefeitura de Curitiba, mas fazia parte do grupo que apoiava o Governo do Estado, porque o Cássio Taniguchi, pelo que eu sei, foi eleito pelo governador Jaime Lerner, faz parte do seu grupo, é um grupo político que dirige a cidade de Curitiba há 16 anos, é o mesmo grupo que governou durante oito anos o Estado. Não precisamos aqui esconder estas questões, em relação à saúde, deputado Luciano Ducci, nenhum pedido de informação foi respondido, na Assembléia, durante 8 anos, nenhum, nenhum, assim como de nenhuma outra área do Governo também aconteceu.

Então, veja, deputado Elio Rusch, como a sua questão na realidade traz uma polêmica que é saudável para a democracia, se o Governador do Estado não respondeu, a contento, as suas explicações, se V. Exa. tem algum questionamento, algum indício que as respostas não condizem com a verdade, agora V. Exa. tem um documento oficial, por parte do Governo que lhe possibilita entrar na Justiça, demandar o Poder Judiciário, ir buscar a elucidação dos fatos, se houver qualquer gasto, qualquer irresponsabilidade, por parte do Governo, em relação a isso.

No que diz respeito a algo que talvez V. Exa., com razão, queira fazer uma crítica ao Governo do Estado com relação ao cartaz. Ora, o governador do Estado e acho que qualquer cidadão faz crítica em relação a construção do Museu mas não pela beleza do Museu, não pela obra que resultou, mas acho que o gasto de 57 milhões de reais que resultou desta obra que não é exatamente a obra de Niemayer, estes 57 milhões de reais, num conjunto de atitudes que foram formadas no Museu e não especificamente na remodelação e naquela peça arquitetônica, que é belíssima e faz o museu ser o museu do próprio Museu, isto é, ele é atração para o mundo inteiro pela própria obra arquitetônica, 57 milhões de reais nós sabemos que é uma soma exagerada! E como V. Exa. sabe irresponsabilidade administrativa, do ponto de vista financeiro aconteceu nessa obra!

Agora, a obra está realizada, o governador Roberto Requião, o nosso governo, não é porque temos uma crítica em relação ao perfil financeiro do custo dessa obra que não vamos incorporar esta obra no patrimônio do Estado do Paraná! Esta obra faz parte do patrimônio do Estado do Paraná tenha sido ela construída pelo governador Jaime Lerner, pelo antecessor, pelo Álvaro Dias ou qualquer outro governador. Acho que o estado tem que se apropriar, enquanto política do Estado, para fazer propaganda e atrair as pessoas para vir ao Estado, independente do viés político e do viés financeiro que foi a realização dessa obra.

Então V. Exa. me desculpe, eu não sei em que ponto V. Exa. quis criticar, porque não se trata se as obras foram deste ou daquele governo; se trata, na realidade e aliás nem sei porque V. Exa. citou algumas obras que nem eram do governo, como o Parque Tanguá, que é um bom parque e foi realizado ainda na época do Rafael Greca.

Os parques de Curitiba são bons parques e obras que foram realizadas em administrações anteriores; todos nós, curitibanos, sabemos que muitas delas são boas obras e que têm uma função na nossa cidade. E não é por esta razão que deixamos de fazer a crítica no ponto de vista de como gerir a cidade e apontar perspectivas para o futuro da nossa gente, aqui na nossa cidade.

Então acho que V. Exa. está confundindo entre relação de obra, diferenças políticas e questão financeira ou gastos desnecessários. O governo do Jaime, durante 8 anos, foi mestre em gastos desnecessário e V. Exa. sabe disso! O governo do Roberto Requião está sendo um governo ético, está sendo um governo que tem o que apresentar para a população do nosso Estado.

Vou permitir o aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Peço a V. Exa. que, mesmo concedendo o aparte, seja breve, porque o tempo já esgotou.

**O Sr. Elio Rusch**

Deputado Ângelo Vanhoni, disse muito bem no início do seu pronunciamento, que V. Exa. não estava aí, e realmente V. Exa. não ouviu o meu pronunciamento.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Eu ouvi, eu não vi o cartaz.

**O Sr. Elio Rusch**

Não critiquei a resposta do governador Requião, disse que ele ficou irritado com o nosso pedido de informações e a resposta que ele enviou a nós, antes de chegar na nossa mão, ele mandou para a imprensa. E a imprensa noticiou a resposta do governador em relação ao meu pedido de informações. Ele não se contentou com a imprensa; ficou irritado com a imprensa, V. Exa. pode ver a “Gazeta do Povo” de sábado, que o assessor do governador mandou o ofício para o Dr. Francisco da Cunha Pereira. E foi publicado na íntegra.

Quem ficou irritado não foi esse parlamentar, foi o governador do Estado do Paraná. Foi isso que eu afirmei em relação à resposta. Em relação à obra, eu não critiquei, e aproveitei essa resposta para dizer ao Artagnão, não proibi nunca, me senti feliz quando vi estampado no cartaz a obra do Museu Oscar Niemayer, que foi criticado pelo atual governo e por alguns deputados que dão sustentação. E essa obra construída pelo governo do Estado e pelo governo municipal, que são adversários do atual governador do Paraná estão sendo usados para mostrar a potencialidade turística que o Paraná tem para o Brasil e

o mundo. Foi essa a minha afirmação, não fiz crítica nenhuma.

Em relação aos investimentos que foram feitos no Museu Oscar Niemayer, levantado também pelo deputado Artagnão, que é o relator da CPI, presidida pelo deputado José Maria, o relatório deve estar pronto vamos concluir o relatório. Não foi encontrado absolutamente nada, nada que fosse feito fora da lei. Pelo contrário a CPI e a Paranácidade não aceitaram algumas concorrências, algumas propostas, cancelaram e fizeram outras, fizeram baixar as obras. Tudo isso foi levantado e com certeza vai dar muita polêmica no futuro.

Agora, o atual governador do Paraná tem que lembrar que o governador é ele, ele tem que mostrar para a sociedade do Paraná o porquê veio, qual é o norte, qual é o programa do governador. Se houveram erros no passado, que o governador não cometa os mesmos erros. Se fizemos um pedido de informações, que responda, que não venha com ataques.

Muito obrigado.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Gostaria de discordar, e teria, aqui, centenas de argumentos para demonstrar que requerimentos não foram aprovados no governo anterior. Vou citar apenas um: o requerimento do pedágio, que o deputado Vanhoni... deputado Péricles, hoje prefeito de Ponta Grossa, requereu para ver os documentos da questão do pedágio. Ele ficou praticamente quatro meses dentro da Secretaria dos Transportes com todos os documentos. E poderíamos entrar em outras questões para dar, aqui, exemplos de aprovação.

Agora, o que vejo, deputado Vanhoni, é o seguinte: na segunda-feira o governador se irrita com quem não comparece à reunião; na terça-feira o deputado Elio Rusch faz um requerimento. Então, todo dia ele está irritado! Hoje ele está irritado com a “Folha de São Paulo”, do Estado de São Paulo! Gostaria de fazer um pedido a V. Exa.: peça ao governador que tenha clama, que ele está governando este Paraná. Ele devia estar feliz por ter vencido as eleições, porque ele tem a confiança do povo paranaense, que está aguardando o cumprimento de suas promessas! E tenho certeza que V. Exa. também está aguardando, como eu estou aguardando. Se fosse governador do Paraná, jamais amanhceria de mau humor, estaria feliz e agradecido ao povo paranaense.

Agora, quanto às outras questões, permita-me discordar de V. Exa., com toda essa elegância com que V. Exa. exerce a Liderança do Governo, liderança competente.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Deputado Valdir Rossoni, vou transmitir, ainda hoje à tarde, esse seu apelo, recado ao governador Roberto Requião. Pode ter certeza que talvez ainda hoje ele lhe telefone para agradecer essa sua preocupação em

relação aos problemas do Estado do Paraná e, sobretudo, com o bom humor do governador.

Pode ter certeza que o governador vai receber com muito carinho essa sua manifestação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Pela ordem, o deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, quero comunicar à Casa que tenho recebido inúmeras denúncias em relação à compra de áreas, pelo Incra, da Fazenda Araupel.

Aqui, há um elenco de informações, valor da área reflorestada, denomina que ficariam 3, 6 hectares por agricultor identificando que a área não contempla o interesse constitucional. Levantando uma série de dúvidas com relação ao valor pago pela fazenda e, dizer que na próxima Comissão de Fiscalização, eu quero discutir isso com os membros a possibilidade de irmos até Quedas do Iguaçu e, sobretudo, requisitarmos de um perito judicial que tenha feito uma avaliação daquela área para vermos se é compatível 132 milhões pelo valor e se é compatível para o uso da Reforma Agrária conforme determina o Incra.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Pela ordem, deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Senhor presidente, vimos e acompanhamos pela imprensa hoje pela manhã, que o deputado Luciano Ducci e o nosso presidente do PT do Paraná, deputado André Vargas, estiveram no Ministério Público. Foi muito corrida a Sessão, hoje, aqui; não ouvi nada desse comentário.

Parece-me que o deputado Luciano Ducci fez um comentário e eu gostaria de consultar V. Exa. para saber se o presidente do PT no Paraná, deputado André Vargas, fez algum comentário aqui, a respeito desse constitucional da saúde, que deve ser cumprido. Perguntaria a V. Exa., não sei se desde o começo presidiu a Sessão também, se saberia informar, mas se não, gostaria de solicitar ao nosso deputado André Vargas, um lutador pela saúde, que nos desse algum resultado dessa visita que fizeram ao Ministério Público, hoje, quanto mostra os números da saúde. Está preocupado, porque o Orçamento vence segunda-feira, senhor presidente, e nós precisamos ver o que fazer com o Orçamento.

Pediria ao senhor, com a participação do deputado André Vargas, que nos oportunizassem mais informações dessa visita ao Ministério Público.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Jocelito Canto, a Mesa compreende a sua preocupação, mas não se o deputado André Vargas já

falou ou não, mas para que ele possa fazer uso da palavra nesse sentido, poderá fazer nas Explicações Pessoais, após a leitura dos projetos a serem votados.

Pela ordem, deputado Artagão Júnior.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)**

Somente para esclarecer, senhor presidente e senhores deputados, como nós afirmamos em nosso depoimento, estamos com o relatório finalizado dos trabalhos da CPI. Estaremos, logo mais, às 17 horas e alguns minutos, quando acabar a Sessão, nos reunindo e entregando uma cópia desse relatório para cada parlamentar componente da CPI e, com certeza nós podemos afirmar que o nosso ponto de vista é bem diferente do ponto afirmado aqui pelo deputado Elio Rusch na afirmativa de que nada foi encontrado durante os trabalhos realizados por aquela CPI.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Pela ordem, o deputado André Vargas.

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Apenas para dizer que o deputado Luciano Ducci fez o relato exatamente como transcorreu a audiência, que foi nada mais que a repetição daquilo que nós temos dito desde o primeiro dia do mandato, em relação às verbas da saúde e, que, entendo, além desta Assembléia, da relação Assembléia/Executivo, o Ministério Público pode nos ajudar muito na equação dos percentuais exigidos pela Constituição para as verbas da saúde.

Nesse sentido fizemos a visita e na próxima Sessão faremos, se necessário for. Como não tínhamos Pequeno Expediente, fizemos um entendimento com o Dr. Luciano Ducci que, ela faria essa exposição.

Era isso. Muito obrigado!

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Que o deputado Artagão venha, na qualidade de relator da CPI, transmitir para o Plenário a sua posição pessoal, e não em relação ao trabalho levantado pela CPI. Tenho algumas dúvidas com relação ao seu relatório.

Quero que fique registrado nos Anais desta Casa e poderá, no futuro, ser usado.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que cria a caderneta escolar no âmbito da Rede Pública Estadual e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 375/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada no Estado do Paraná a caderneta escolar e sua utilização será obrigatória por alunos da rede pública estadual de ensino fundamental, inclusive para acesso aos estabelecimentos da rede pública diariamente.

Art. 2º - A caderneta escolar será padronizada para toda a rede pública estadual de ensino e será parte integrante de seu conteúdo os seguintes campos de preenchimento diário obrigatório pelos estabelecimentos de ensino:

- a) dados pessoais do aluno;
- b) de comparecimento e falta do aluno;
- c) deveres e direitos do aluno;
- d) advertências;
- e) punições;
- f) participação nas atividades escolares;
- g) notas do aluno;
- h) grade curricular;
- i) campo para, quinzenalmente, o pai ou responsável assinar, comprovando desta forma o acompanhamento sobre o filho.

Art. 3º - A caderneta escolar deverá conter ainda:

- a) noções básicas de educação moral e cívica;
- b) as letras dos hinos nacional e estadual;
- c) noções de ecologia e meio ambiente;

d) noções preventivas contra as drogas.

Art. 4º - A caderneta escolar deverá, obrigatoriamente, ser assinada pelos pais ou responsáveis pelo aluno e pela diretoria da escola.

Art. 5º - A perda ou extravio da caderneta escolar deverá ser imediatamente informada à diretoria da escola, que tomará as providências cabíveis.

Art. 6º - Fica a critério do(a) diretor(a), a melhor forma do preenchimento do controle de acesso através da carteira.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 389/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 389/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 453/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica, para a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2003, de 20/08/2003).**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 521/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede no dis-



trito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 521/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 591/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Públicos de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06/10/2003).**

**ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 618/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 618/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo e representação no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.  
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

**ITEM 07**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professora Hildegard Sondahl, com sede e foro no

município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

**ITEM 08**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, integrada pelos seguintes municípios: Laranjal, Palmital, Santa Maria, Boa Ventura, Mato Rico, Nova Tebas e Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção Humana Platinense - APHP, com sede e foro no município de Santo Antonio da Platina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/2003, de autoria do deputado André Vargas, que institui, no calendário e comemorações oficiais do Estado do Paraná, a Semana da Paz. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do deputado André Vargas, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 078/2003

Fica designada a primeira semana da primavera, a cada ano, como a data comemorativa da Semana da Paz.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Pedro Ivo Ilkiv, Pastor Edson Praczyk e Renato Gaúcho.

**O projeto será encaminhado à CCJ.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Origens Sociedade Pró-Arte - Ospa, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/2003, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade

Pública a Federação Paranaense de Jiu Jitsu, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que declara de Utilidade Pública Estadual a Federação Paranaense de Golfe, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 446/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Colégio Nossa Senhora das Neves - Ensino Pré-Escolar e de 1º Grau, mantido pela Associação Beneficente Educacional e Cultural das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena - Medéias, com sede no município de Ibaiti e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 479/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que declara de Utilidade Pública o Clube dos Idosos de Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo, a ser organizado através da Secretaria de Estado da Cultura, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário de autoria do deputado Jocelito Canto, devidamente apoiada nos seguintes termos:

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 483/2003

Fica incluído o parágrafo 3º no artigo 2º, do Projeto de Lei 483/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, conforme segue:

§ 3º - A cerimônia política de entrega do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo acontecerá no município de Tibagi, sede do Centro de Excelência em Educação e Produção Áudio-Visual - Cooperativa de Cinema e Mídia Digitais, em data a ser determinada pela Secretaria de Estado da Cultura.

Sala das Sessões, em 10.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamento:

Doutor Luciano, Ratinho Júnior, Waldir Leite, Barbosa Neto e Arlete Caramês.

#### O projeto será encaminhado à CCJ.

#### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio estadual Maria Cândida de Jesus - Ensino Fundamental e Médio, APM Duque de Caxias, com sede e foro no município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ, COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 552/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública a Ação Social da Igreja Presbiteriana Independente do Itaquí, com sede e foro no município de Campo Largo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Criança Feliz, com sede e foro no município de Conselheiro Mairinck. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mães Estrelas, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 596/2003, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação Amigas Voluntárias Santaelenenses, com sede e foro no município de Santa Helena. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

#### ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cosmo Inácio - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a Emenda da CCJ, artigo por artigo.**

**ITEM 23**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Cafeicultores da Água da Limeira - ACAL, com sede no bairro Água da Limeira, distrito de Lerroville, município de Londrina e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 24**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 610/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que institui a Semana de Prevenção de Acidentes de Trânsito nas Rodovias do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 25**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que dispõe sobre a criação do Dia do Taxista no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 26**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Fundação Ricieri Quinto Guareschi, com sede e foro no município de Barracão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 386/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Fundação Ricieri Quinto Guareschi, com sede e foro no município de Barracão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 27**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Ubatuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 510/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Olavo Bilac - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Ubatuba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 28**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 517/2003

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli - Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 517/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli -

Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APPAF - Associação de Pais, Professores e Funcionários do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Maria Antonieta Scarpari - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 519/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a APPAF - Associação de Pais, Professores e Funcionários do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Maria Antonieta Scarpari - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 21.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 522/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais Mestres da Pré-Escola Municipal

Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 522/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 31

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Paraná e Adjacências, com sede e foro em Colombo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ no DA nº 076/2003, de 23/09/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 565/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Tadeu Veneri, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Paraná e Adjacências, com sede e foro em Colombo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 04.11.2003.  
(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 32

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade

Pública a Associação Cristã Beneficente de Reserva, com sede e foro na cidade de Reserva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 077/2003, de 24/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 571/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Reserva, com sede e foro na cidade de Reserva.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 571/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã Beneficente de Reserva, com sede e foro no município de Reserva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 33**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Fundação Isis Bruder, com sede e foro na cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 076/2003, de 23/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 628/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Fundação Isis Bruder, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 34**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 647/2003, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento de Barra Bonita, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro na comarca de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 087/2003, de 27/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 647/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento de Barra Bonita, com sede no município de Nova Esperança do Sudoeste e foro na comarca de Francisco Beltrão.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 35**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 085/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que propõe a criação da Ciretran de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA S.P. **Aprovada. (Publ. no DA nº 066/2003, de 01.09.2003)**

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INDICAÇÃO Nº 085/2003

P A R E C E R :

Com a finalidade de sugerir ao Poder Executivo a criação de uma Ciretran no município de Guaratuba, o nobre deputado Nelson Justus apresentou a indicação ora analisada nesta Comissão de Segurança Pública.

Justificando o pleito anexou à solicitação, ofício da Câmara Municipal de Guaratuba, assinado pelo presidente daquela Casa de Leis, reiterando o pedido, além da informação de que a criação da Ciretran de Guaratuba já está autorizada pelo Poder Executivo estadual, através da Lei 12.237, de 27 de julho de 1998.

Em face dos fundamentos apresentados para justificar a proposição, esta Comissão de Segurança Pública emite seu parecer favorável à presente indicação.

Sala das Comissões, em 03.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

### ITEM 36

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 092/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que propõe a criação da Ciretran de Piraí do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA S.P.. **Aprovada. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15.09.2003)**

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 092/2003

#### P A R E C E R :

Tendo por objetivo sugerir ao Poder Executivo a criação de uma Ciretran no município de Piraí do Sul, o ilustre deputado estadual, Nelson Justus, apresentou indicação que ora é analisada nesta Comissão de Segurança Pública.

Os serviços relacionados à Ciretran dos municípios de Tibagi e Piraí do Sul, estão sob responsabilidade do órgão localizado em Castro. Caso seja viabilizada a instalação do posto da Ciretran em Piraí do Sul, em muito facilitaria o acesso da população local aos serviços por ela prestados.

Comungando com o mérito dos fundamentos apresentados para justificar a proposição, esta Comissão de Segurança Pública emite seu parecer favorável à presente indicação.

Sala das Comissões, em 03.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

### ITEM 37

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 103/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que propõe a criação de bandeira e brasão de uso exclusivo da Polícia Científica do Estado. PARECER FAVORÁVEL DA S.P.. **Aprovada. (Publ. no DA nº 078/2003, de 29.09.2003)**

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 103/2003

#### P A R E C E R :

A indicação apresentada pela ilustre deputada Elza Correia, sob exame nesta Comissão de Segurança Pública, visa criar a bandeira e o brasão de uso exclusivo da Polícia Científica do Estado do Paraná.

Tal pleito é uma sugestão da Polícia Científica de Londrina, que pretende dar uma identificação exclusiva a este tão importante quadro dentro da Segurança Pública estadual.

Anexado à indicação está o estudo que o fundamentou, além do respectivo desenho, elaborado pelo perito criminal Daniel Felipetto e elementos técnicos.

Diante do exposto e sendo meritória a identificação da classe dos membros da Polícia Científica do Paraná, esta Comissão de Segurança Pública manifesta seu parecer favorável à indicação apresentada para que, encorpada pela aprovação plenária deste Poder, seja posta em prática pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 03.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa deixa de apensar requerimentos, por falta de quórum.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, peço dispensa da chamada nominal, porque já há quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à votação dos requerimentos.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2567, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2568 e 2569, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2570, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2571, de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2573 e 2577, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2574 e 2575, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2576 e 2579 e 2591, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2580, de autoria do deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2583, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2584 e 2586, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2589, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2587, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2588, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2593, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2594, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2572, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vai se proceder à verificação de votação.

Deputados favoráveis à aprovação do requerimento, queiram levantar-se.

Solicito ao senhor 1º secretário, que proceda à contagem dos votos.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, pode fazer a leitura do presente requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

“Súmula: Requer pedido de informações ao chefe da Casa Civil.

O deputado estadual que firma o presente requerimento, facultadas as prerrogativas regimentais e legais, vem requerer ao Plenário a aprovação, para ser oficiado ao senhor chefe da Casa Civil do Governo do Estado, para que informe o número do Diário Oficial em que foi publicada a Lei 13937, de 26 de dezembro de 2002. Caso não tenha sido publicada a citada lei, informar os motivos para a não publicação.

(a) ELIO LINO RUSCH”.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deve ser o pedido de informação a respeito de uma entidade. Não é isso? Que lei é essa?

O SR. ELIO RUSCH

É uma lei que autoriza o governador do Estado do Paraná a criar e instalar um *campus* da Unioeste na cidade de Santa Helena.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o requerimento.

Deputados favoráveis queiram levantar-se.

Padre Paulo, solicito que V. Exa. proceda à contagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)

25 favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há quórum para votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

São os três da Mesa, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Desculpem, há um erro de votação.

Solicito aos que rejeitam, que levantem.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não há rejeição, senhor presidente.

Foi aprovado por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

**Está aprovado o requerimento.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 029 e 031/2003.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei Complementar nº 404/2003; e dos Projetos de Lei nºs 511, 512, 516, 520, 531, 556 e 613/2003.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 515, 569, 595, 596 e 603/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 386, 510, 517, 519, 522, 565, 571, 628 e 647/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO

SENHOR DEPUTADO BARBOSA NETO, EM SESSÃO DO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2003.

### **Região Metropolitana: Omissão ou Descaso?**

Barbosa Neto

No Brasil, com raríssimas exceções, os grandes aglomerados urbanos estão situados nas regiões metropolitanas das capitais dos Estados. Muitos fatores contribuíram para esta característica da urbanização em nosso País. Um desses fatores é o fato de que as capitais de Estado, por serem a sede de governo, acabam sendo contempladas generosamente nos orçamentos estaduais com grande volume de investimentos principalmente na área de infra-estrutura, muito além daquilo que geram em receitas tributárias para o seu Estado, contrariando inclusive a filosofia de que governar é acima de tudo distribuir renda de forma a permitir um desenvolvimento equilibrado e harmônico.

Este fato leva à percepção popular a acreditar que as capitais de Estado na prática, acabam tendo dois prefeitos. O prefeito propriamente dito e o governador do Estado. Talvez seja exatamente por isso que após o final da II Guerra Mundial, quando a migração do campo para as cidades se acelerou, as capitais dos Estados começaram a inchar, chegando a proporções catastróficas pela impossibilidade financeira e física de se responder à altura a esse fenômeno.

Isso fez também surgir no interior do Brasil aglomerados urbanos com características de regiões metropolitanas e todas as necessidades e os problemas que acompanham esses fenômenos como uma demanda maior por habitação, destinação final de resíduos sólidos, serviços de educação e saúde e problemas de meio ambiente de relativa gravidade. Os problemas decorrentes da conurbação representam um grande desafio para as administrações municipais, pois exigem estreita cooperação e aporte de recursos, quase sempre inexistentes nos orçamentos municipais, para o enfrentamento desses problemas comuns.

A Constituição do Brasil e, por consequência, as Constituições Estaduais previram a criação, através das leis específicas, das chamadas regiões metropolitanas, como forma não só de centralizar as ações e resoluções dos problemas que afetam os diversos municípios que compõem tais regiões, mas como forma de permitir um planejamento mais eficaz dos problemas comuns e também maior eficiência na aplicação de recursos nestas áreas.

Aqui no Paraná, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu já apresentam características de conurbação que plenamente justificam a criação de suas regiões metropolitanas. No caso específico de Londrina, desde 1998 através da Lei 81 está autorizada a criação da região metropolitana, mas até agora nenhuma ação concreta ou passo, por mais tímido que fosse, se deu para a sua efetiva implantação. Pior ainda, nem o Plano Plurianual, que

representa na prática a vontade política do governo, contempla a sua efetivação.

Não se trata aqui de desmerecer a alocação de mais de R\$90 milhões a serem aplicados na Região Metropolitana de Curitiba, verba quase três vezes superior que o previsto para o ano de 2003, em execução. Mas isto é bem o sintoma de como o atual governo de Roberto Requião pretende agir, governando de costas para o interior do Paraná.

Londrina já foi a capital econômica do paraná pela contribuição relevante de todo o povo do Norte do Paraná através da força de sua agricultura e da resistência democrática de suas lideranças políticas nos tempos obscuros da ditadura. Hoje Londrina corre o risco de perder a sua condição de terceira maior metrópole do Sul do Brasil, além de ver cair a sua posição no ranking do IDH no Estado e no país. Os índices altíssimos de violência que colocam a cidade no topo da lista de homicídios, por exemplo, é reflexo do desemprego e do empobrecimento da nossa população e cuja revisão dependem fundamentalmente não só da melhoria da conjuntura nacional, mas também de investimentos na sua qualidade de vida em termos de estrutura.

Para sensibilizar o governo só nos resta a mobilização de todos os segmentos da sociedade organizada para fazer lembrar ao governador que ele foi eleito para governar todos os paranaenses. A verdadeira integração política e sócio-econômica só se consolida através de um tratamento igualitário a todas as regiões do Estado, principalmente através da alocação justa e equilibrada dos recursos do orçamento.

BARBOSA NETO é deputado estadual pelo PDT

### **Atos da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

#### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 361/2003**

Conceder à MIRIAN RIBEIRO PERCINOTO, matrícula nº 40453, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 02 de maio de 1986, lotada na Diretoria Legislativa, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da lei retro mencionada.

(Prot. nº 6343/2003).



## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 362/2003

Conceder à GISELE PACHECO BATISTA, matrícula nº 41020, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 01 de outubro de 1990, lotada na Diretoria Legislativa, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da lei retro mencionada.

(Prot. nº 6344/2003).

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 363/2003

Conceder à ROSANGELA ALVES CARDOSO, matrícula nº 40394, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 01 de maio de 1988, lotada na Diretoria Legislativa, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da lei retro mencionada.

(Prot. nº 6345/2003).

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 364/2003

Conceder à IRACI TORELLI PIRES, matrícula nº 40194, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 01 de maio de 1988, lotada na Diretoria Legislativa, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da lei retro mencionada.

(Prot. nº 6380/2003).

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 365/2003

Conceder à NEOSILFA DA SILVA, matrícula nº 40443, funcionária deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitida em 10 de maio de 1984, lotada no gabinete da Primeira Secretária, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da lei retro mencionada.

(Prot. nº 6792/2003).

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 366/2003

Conceder à ADALBERTO FRANCISCO matrícula nº 40715 funcionário deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitido em 01 de junho de 1986, lotada no Setor de Segurança, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da lei retro mencionada.

(Prot. nº 6450/2003).

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 367/2003

Conceder à JOSÉ AUGUSTO TUSSOLINE DE RAMOS, matrícula nº 40122, funcionário deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, admitido em 15 de junho de 1981, lotado na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1997 e 21 de dezembro de 2002, antecipado em razão da incorporação do quinquênio anterior, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período de licença deverá ser marcado pelo Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da lei retro mencionada.

(Prot. nº 6344/2003).

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 22.09.2003.

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 389/2003

Considerando o infausto passamento, ocorrido no último dia 20 de outubro, do senhor deputado Thadeo Sobocinski, que exerceu seu mandato na Legislatura de 1951/1954, acontecimento que enlutou toda a família paranaense.

Considerando que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de advogado, odontólogo, expedicionário e homem público do senhor Thadeo Sobocinski, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra.

## R E S O L V E :

Decretar Luto Oficial de três (03) dias, como expressão de pesar pelo falecimento do senhor Thadeo Sobocinski.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 22.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

# ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 390/2003

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 100/96, datado de 07 de maio de 1996, que passará a constar nos seguintes termos:

conceder aposentadoria compulsória por invalidez, de acordo com os artigos 139, 224 e parágrafo único e 235 da Lei nº 6.174/70, a ANTÔNIO BERALDO MARIANO, matrícula nº 40038, funcionário deste Poder Legislativo, exercendo o cargo de Agente Administrativo “A” - nível 61, com vencimentos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de três (03) adicionais conforme artigo 170 e parágrafo único da citada Lei nº 6.174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculo em anexo, da Coordenação de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal da Casa.

(Prot. nº 12.954/95)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.11.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

## Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

# PORTARIA Nº 59/2003

Colocar à disposição da Secretaria de Saúde da Cidade de Pato Branco, CARLOS ROBISSON DA SILVA, servidor deste Poder, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.10.2003.

# PORTARIA Nº 60/2003

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, KATIA MARIA T. BRUNETTI, matrícula nº 217, de dez (10) dias, a partir de 13 de outubro de 2003, término em 23 de outubro de 2003. CID.10-S82.0.

(Prot. nº 8699/2003)

# PORTARIA Nº 61/2003

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, JUSSARA FREITAS TRAN-COSO, matrícula nº 40578, de dez (10) dias, a partir de 15 de outubro de 2003, término em 25 de outubro de 2003. CID.B.06.9.

(Prot. nº 8700/2003)

# PORTARIA Nº 62/2003

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, GISELE PACHECO BATISTA, matrícula nº 41020, de cento e vinte (120) dias, a partir de 01 de outubro de 2003, término 28 de janeiro de 2004. CID.10.0.82.0.

(Prot. nº 8701/2003)

# PORTARIA Nº 63/2003

Conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, ANA CRISTINA CANORO LOURENÇO, matrícula nº 40943, de cento e vinte (120) dias, a partir de 15 de outubro de 2003, término 12 de fevereiro de 2004. CID.10.0.82.0.

(Prot. nº 8702/2003)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.11.2003.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Atas de Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de 2003, às 14h00, na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se

os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Francisco Bühner, Elza Correia, Elton Carlos Welter, Miltinho Pupio e o presidente da Comissão, deputado José Maria Ferreira, com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária, a ser submetida à apreciação desta, conforme cito: primeiramente o senhor presidente solicitou à secretária da Comissão, a leitura da Ata da reunião anterior (11ª Reunião Ordinária); na sequência o senhor deputado Elton Carlos Welter, pede dispensa, todos aprovam; então o senhor presidente deu continuidade aos trabalhos, solicitando aos relatores, na ordem da pauta, que expusessem seus pareceres: 1) Projeto de Lei nº 453/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Relator: deputado Rafael Greca. Na ausência do relator, a deputada Elza Correia substitui e relata em seu lugar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 040/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Imbuído de resposta de diligência enviada à Secretaria de Estado da Saúde, o relator deputado Elton Carlos Welter manifestou-se favorável à iniciativa da presente proposição; 3) Indicação nº 105/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. Relator: deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Novamente a deputada Elza Correia realiza a substituição do relator e faz a leitura do parecer mencionado: parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida, em reunião posterior, será assinada pelo presidente, demais membros e por mim, Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Sandra Zampier - Secretária

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, em seguida o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 375/2003, 453/2003, 531/2003 e Projeto de Lei Complementar nº 4041/2003. E a senhora deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 389/2003, 511/2003, 512/2003, 516/2003, 520/2003, 521/2003, 591/2003 e 618/2003, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a

presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**Ata de CPI:**

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**  
**DO BANESTADO**  
**ATA DA 41ª REUNIÃO**

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Ademir Bier, Doutor Luciano, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Francisco Bühner e Nelson Tureck. Havendo número legal, o senhor presidente iniciou os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o deputado Neivo Beraldin solicitou que o perito contratado por este Poder para analisar a documentação da privatização do Banestado, o senhor Zung Chee Yee, expusesse seu relatório de forma resumida, sobre as principais irregularidades verificadas ao longo do processo. A íntegra da exposição sobre o relatório, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. A seguir o deputado Neivo Beraldin solicitou que o senhor Giovani Gionédís, ex-secretário de Estado da Fazenda, comparecesse ao lugar reservado aos depoentes e o fez em três chamadas. Constatada a ausência do mesmo, o senhor presidente deixou a palavra em aberto para quem desejasse se manifestar. O deputado Delegado Bradock requereu que fosse oficiado ao Juízo da 2ª Vara Criminal Federal de Curitiba o pedido de condução coercitiva do referido depoente. Em votação. APROVADO POR UNANIMIDADE. O senhor presidente submeteu à discussão a possibilidade da convocação do ex-governador Jaime Lerner, caso o ex-secretário de Estado Giovani Gionédís não compareça à reunião que ficou marcada para o dia onze de novembro do corrente ano, neste local, às 10h00. Os senhores deputados membros concordaram pela votação da proposta acima mencionada na reunião seguinte. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário